

# CADERNOS

codesc



## CONSTRUÇÃO E DESMONTE DAS POLÍTICAS ANTIRRACISTAS E DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

(Ciclo de Memórias da Política Institucional Brasileira  
de Direitos Humanos do GPDH-IEA/USP)

**Bel Santos Mayer**  
**Tânia Corghi Veríssimo**  
**Diana Mendes Machado da Silva**  
(organizadoras)

n. 135

Outubro de 2022



## Imagem da capa



**Cássia Oliveira**

*Marias Marianas*, 2019

Xilogravura em madeira

A obra “Marias Marianas” conforma uma composição de rostos de mulheres produzidos a partir da xilogravura em madeira, técnica que permite a gravação de imagens e palavras a partir do entalhe da madeira com o uso de goivas. Nesta matriz de xilogravura a artista homenageia a presença e importância de suas avós, mulheres indígenas e das roças, na constituição identitária das mulheres do seu tempo presente.

**Construção, desmonte e reconstrução das políticas antirracistas e de promoção da igualdade racial**  
**(Ciclo de Memórias da Política Institucional Brasileira de Direitos Humanos do GPDH-IEA/USP)**

Bel Santos Mayer  
Tânia Corgi Veríssimo  
Diana Mendes Machado da Silva  
(organizadoras)

Cadernos Cedec nº 135

Outubro de 2022

## **CONSELHO EDITORIAL DOS CADERNOS**

**André Botelho, Angélica Cuellar (UNAM, México), Cícero Araújo, Eucaris Olaya (UNAL, Colômbia), Germán Silva Garcia (ILAE, Colômbia), Iram G. Rodrigues, Miguel Chaia, Pedro Meira Monteiro (Princeton, EUA), Raquel Kritsch, Sebastião Velasco e Cruz, Tullo Vigevani**

### **DIRETORIA**

**Diretor Presidente: Bernardo Ricupero**

**Diretora Vice-presidente: Carla Regina Mota Alonso Diéguez**

**Diretora tesoureira: Natalia Mello**

**Diretora secretária: Maria Rita Loureiro**

**Diretor de Publicações: Bruno Konder Comparato**

### **COMITÊ EDITORIAL**

**Andrei Koerner**

**Pedro Henrique Vasques**

**Raissa Wihby Ventura**

**William Torres Laureano da Rosa**

Cadernos CEDEC / Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. – n. 1,  
(1983)– . – São Paulo: CEDEC, 1983–

Irregular, 1983 (1)–2017(122); quadrimestral, 2017(123-)

ISSN 0101-7780 (impresso)

A partir do n.123 somente online (impressão apenas sob demanda).

I. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.

## CADERNOS CEDEC – NOVA SÉRIE

*Cadernos Cedec* é publicação seriada, de periodicidade trimestral, que tem o objetivo de divulgar resultados de estudos e pesquisas sobre temas diversos de interesse do Cedec, realizados por seus associados, por pesquisadores convidados e pela comunidade acadêmica.

Iniciada, em 1983, a publicação dos *Cadernos* chegou a 121 números, em 2016. A partir de 2017, os *Cadernos Cedec* iniciam Nova Série, com redefinição de seus objetivos, modelo e forma para adequar a divulgação do conhecimento às condições atuais das mídias digitais.

Trata-se da publicação de trabalhos com escopo e extensão mais amplos que artigos de periódicos científicos. A ênfase se refere à apresentação detalhada de problemas e objetivos de pesquisas, sua formulação teórico-metodológica, dados levantados e análises ampliadas dos resultados alcançados. Os *Cadernos* também incluem dossiês temáticos e a memória de seminários e debates sobre temas da atualidade e de outros eventos realizados pelo Cedec e/ou por instituições parceiras.

O Conselho Editorial passa a integrar novos membros, brasileiros e estrangeiros. Com isso, será possível assegurar a pluralidade de temáticas e de perspectivas teóricas e metodológicas, mantendo a diretriz institucional que privilegia a qualidade da pesquisa em temas prioritários.

Os *Cadernos Cedec* passam a ser publicados exclusivamente em mídia digital. Sua identidade visual e projeto gráfico foram remodelados e as publicações serão inseridas em plataforma de editoração eletrônica (SEER) para facilitar o acesso aos leitores e sua indexação em bases de dados.

Os *Cadernos Cedec* adotam as mesmas normas de publicação que a Revista Lua Nova (<http://www.cedec.org.br/luanova/artigos/>), mas com extensão de 35 a 80 páginas ou de 75 a 175 mil caracteres.

Dado o seu caráter institucional, os *Cadernos Cedec* recebem apenas propostas de publicação apresentadas por integrantes de seu Conselho Editorial e de seus associados.

## Sumário

Apresentação do Ciclo	5
Wânia Pasinato, Paulo Cesar Endo e Andrei Koerner	
DONA DE SI E DO MUNDO	9
Matilde Ribeiro	
NÃO AO XINGAMENTO	10
Matilde Ribeiro	
Apresentação do Evento	11
Bel Santos Mayer e Tânia Corghi Veríssimo	
Abertura do Evento	15
Paulo Henrique Fernandes Silveira	
Exposições (Rodas de Conversa)	
RODA 1: Matilde Ribeiro, Vilma Reis e Douglas Belchior	17
Mediação: Bel Santos Mayer	
RODA 2: Cidinha da Silva, Lúcia Xavier, Leci Brandão e Maria das Neves Filha	40
Mediação: Livia Santiago Moreira	
Manifesto contra o Desmonte das Políticas de Igualdade Racial no Brasil	58
Entrevista com Elisa Lucas Rodrigues	62
Entrevistadora: Gabriela Gramkow	

## **Apresentação do Ciclo**

*Memórias da Política Institucional Brasileira de  
Direitos Humanos do GPDH-IEA/USP*

---

### **A MEMÓRIA DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE DIREITOS HUMANOS DA DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA: CONTRA O ARBÍTRIO, A VIOLÊNCIA E A DISCRIMINAÇÃO**

**WÂNIA PASINATO, PAULO CESAR ENDO E ANDREI KOERNER**

**O**s ataques ao governo Dilma Rousseff iniciados em 2013 voltaram-se contra um governo legítimo e tiveram um propósito claramente definido: bloquear o reconhecimento, a consolidação e a promoção dos direitos da maioria da população. Esse reconhecimento se traduziu ao longo dos últimos anos em políticas institucionais de direitos humanos que se integraram num processo gradual e cumulativo para tornar efetivos os direitos da maioria, se não da totalidade, da população. As políticas não têm sido obra exclusiva de uma liderança, partido político ou grupo social, pois são produzidas por um trabalho coletivo e participativo, multifacetado e capilarizado que se vale de leis, de políticas estatais nos diversos níveis e da atuação conjunta da administração com movimentos e organizações da sociedade. Não é possível dizer que tenham um objetivo único, pois é um trabalho diversificado e abrangente, de caráter substantivo, concretizador e diferenciado. Por isso, ele não é desprovido de tensões, conflitos, erros, que sempre demandaram diálogo, negociações, avaliações, ajustes, correções. Mas essa abordagem e orientação geral produziu nítidos resultados: a partir dos princípios da democracia constitucional e por meio dos seus processos, foi possível vetorizar um grande conjunto de transformações em direção à mudança do caráter historicamente excludente, explorador e desigual da sociedade brasileira, de modo a criar as condições para a emergência de formas de sociabilidade, sensibilidades e sentidos políticos de uma ordem social justa no nosso país.

A orientação das políticas estatais para a democratização e justiça social na sociedade brasileira foi um dos principais alvos do golpe parlamentar de 2016. Seu desmonte foi o foco das mudanças legislativas antissociais do governo Temer e, com mais gravidade, a sua destruição é o propósito do governo protofascista eleito em 2018. O atual governante reitera os ataques à democracia constitucional e aos direitos humanos que marcaram sua atuação parlamentar, promovendo discursos de ódio e repetidas mobilizações incitando, clara e abertamente, seus apoiadores a atitudes golpistas e antidemocráticas. De muitas maneiras o governo vigente promove verdadeiras antipolíticas de direitos humanos: mudanças legislativas, o fechamento de órgãos e colegiados voltados à promoção de direitos, cortes orçamentários em políticas de direitos, nomeações de dirigentes inaptos ou hostis às suas funções e, ainda, a pura e simples inação diante de violações ou condições precárias enfrentadas pela maioria da população. Os programas de direitos humanos que estavam em andamento no início do atual mandato presidencial foram esvaziados, inviabilizados ou desviados dos seus propósitos, ao mesmo tempo em que outras ações indiretas precarizaram a condição dos grupos protegidos por direitos ou apoiaram aqueles que os atacaram.

É desafiador que, passados três anos desde o início deste mandato, o governo federal conte com partidos e parlamentares para dar sustentação às suas políticas e revogar a legislação de controle público e de promoção de direitos, valendo-se do uso privado e não transparente de recursos orçamentários. O mais grave é que grupos que apoiam o atual governante cristalizaram-se e, juntos, têm sido capazes de manter ativo o que há de mais nefasto historicamente na sociedade brasileira: uma mentalidade que combina política oligárquica, moral conservadora e a naturalização de relações sociais hierárquicas e excludentes que, por sua vez, é apoiada por vários grupos e frações da sociedade brasileira. Essa mentalidade havia sido adormecida parcialmente pelas políticas de inspiração democrática; contudo, sentindo-se fortalecidos e apoiados pelo atual presidente, aqueles grupos reagiram com atos, ações e discursos de agressividade e ressentimento que perduram e perdurarão no futuro. Do mesmo modo, sem perda de tempo, organizam-se pelo país muitas iniciativas para manter o atual governo na presidência, bem como para alcançar governos, prefeituras e cadeiras nos parlamentos. Assim, as políticas de direitos humanos, desde que foi iniciado o ciclo da redemocratização, hoje interrompido, vêm sendo desmanteladas exatamente pelas suas qualidades e fragilidades: a sua capacidade de promover mudanças nas instituições, mentalidades e relações

Cadernos Cedec, n. 135, 2022



sociais iníquas de nossa sociedade e uma institucionalidade frágil que sofre com as muitas formas de enfraquecimento, descaracterização, ataque e descaso empreendidos por governos.

A comunidade acadêmica também tem sido afetada por esse processo de dismantelamento sendo alvo de sucessivos ataques do governo atual. A Universidade soube responder às violações de sua autonomia institucional, às tentativas de intimidação e de desqualificação, mas sofreu enormemente com as mudanças de políticas federais para a educação de nível superior. É essencial preservar sua vocação de criadora de pensamento laico e crítico, de fator de inclusão e mobilidade social e de produtora de conhecimentos que estimulam o desenvolvimento econômico e a mudança social.

Posicionando-se diante dos ataques, o Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Memória (GPDH) do Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP) propôs-se a colaborar na construção da memória institucional das políticas de Estado de direitos humanos no Brasil desde a democratização, por meio da realização de um ciclo de eventos, debates e manifestos. Temos procurado trabalhar nesse período difícil para que a Universidade contribua para agregar forças, competências, organizações e pessoas pelos direitos humanos no Brasil.

Em 2019, o IEA/USP apoiou a realização de encontros de ex-ministros e ex-ministras que estiveram à frente das pastas de Meio Ambiente, Educação e Cultura nos anos 1990 a 2016. A cada encontro a celebração dos avanços foi mesclada com o reconhecimento das perdas provocadas pelas diretrizes políticas atuais e manifestos foram divulgados e entregues aos atuais ministérios. Reconhecendo a força desses eventos e a importância em preservar a memória do desenvolvimento das políticas de direitos humanos, o GPDH organizou o Ciclo de Memórias sobre a Política Institucional.

O primeiro evento do ciclo, realizado em 14 de maio de 2021, abordou a “Construção e Desmonte dos Direitos Humanos e Políticas para Mulheres no Brasil” com a participação de ex-presidentas do Conselho Nacional de Direitos da Mulher e ex-ministras da Secretaria de Políticas para Mulheres e do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos entre 1985 e 2016.

O segundo evento do ciclo, realizado em 1º de outubro de 2021, foi a “Construção e Desmonte das Políticas Nacionais de Direitos Humanos no Brasil”, que reuniu ex-secretários, ex-8 Cadernos Cedec, n. 133, 2021 secretárias, ex-ministros e ex-ministras que ocuparam as Secretarias dos Direitos Humanos desde a sua criação até o governo da presidenta Dilma Rousseff. Em 23 de novembro de 2021, outro evento debateu o relatório da Comissão Interamericana de Direitos

Humanos sobre o Brasil. Em 2022 será organizado um evento sobre o desmonte das políticas de combate à tortura, a violência institucional e outros a serem definidos.

O IEA é, por sua proposta e trajetória, o espaço por excelência para realizarmos a vocação e a tarefa crítica da Universidade. A direção atual dos professores Guilherme Ary Plonsky e Rosely de Deus Lopes deu pleno apoio à iniciativa do GPDH, permitindo que ela tenha as condições necessárias para obter a abrangência e a repercussão adequados ao seu propósito, mas também por entenderem que as ameaças atuais atingem a vida acadêmica e universitária no seu cerne. Faz-se isso debilitando os auxílios à pesquisa ou desviando recursos para pesquisas específicas, vigiando e patrulhando o ensino e descaracterizando a extensão.

O Cedec, centro de pesquisa e análise criado em 1976 durante a redemocratização, tem em sua trajetória a marca de se posicionar diante das ameaças e desafios à democracia. A sua diretoria atual, presidida pelo professor Bernardo Ricupero, apoiou a organização dos eventos e a publicação das sessões e dos documentos dos eventos em seus Cadernos.

Assim, com a organização do ciclo, o GPDH propôs-se a promover o diálogo entre convidados e convidadas para que construam um diagnóstico conjunto sobre as políticas e institucionalidades dos direitos humanos no Brasil. Nosso propósito é também tornar pública nossa posição coletiva contrária à destruição das políticas de direitos humanos promovidas especialmente pelo governo atual e defender a união de todos/as os/as democratas para a (re) construção dessas políticas. Atuando e trabalhando como polo articulador para o pensamento, a ação e a produção científica em e pelos direitos humanos, as/os pesquisadoras/es que compõem o GPDH se apresentam como uma das respostas necessárias e possíveis diante dos graves riscos pelos quais atravessa o país e, particularmente, como defensores da importância conferida aos direitos humanos em sua centralidade na construção de qualquer sentido que a democracia possa e venha a ter hoje e no futuro.

## DONA DE SI E DO MUNDO

*Mulher negra é dona de si,  
mas não nasce com esse saber.  
O mundo lhe diz não,  
parece que seu destino é sofreguidão.  
Durante muito tempo em sua vida,  
os dias lhe escapam pelos vãos dos dedos  
Não existe tempo nem para ter medo.  
É uma tarefa atrás de outra  
desde muito cedo.  
A mãe quando não morre antes da hora,  
também não é educada para ser senhora de suas obras.  
Os dizeres para avó, mãe e filha  
são sempre quase os mesmos,  
são Marias que cuidam dos outros da humanidade,  
mas da herança do cuidar, limpar e servir  
surge também um sentir e agir ancestral.  
É nesse fio condutor da vida  
que se apegam as que respiram fundo,  
e com o peito cheio de ar  
sacodem a cabeça e  
deixam o corpo girar.*

**MATILDE RIBEIRO**  
**Série Negritude, 26/8/2021**

## NÃO AO XINGAMENTO

*Quando menina ficava indignada com o xingamento:*

*“Ei neguinha fedida”!*

*A cada agressão: chorava abaixada a cabeça.*

*Na escola, com a história enganosa  
e a crítica ostensiva ao comportamento,  
paralisavam minhas ideias.*

*Mas na rua, não!*

*Na rua era cada dia graduada,  
tendo porradas como diplomas  
De neguinha fedida a ama de leite,  
pau pra toda obra.*

*De paralisação a graduação,  
Vai se fazendo um ser, sem lhe dar a chance de ser inteiro  
O tempo passa e muito mais tarde,  
uma frase surge como um chamor:*

*“Negro é lindo”!*

*Voltei-me para o umbigo  
resisti firmemente em aceitar,  
mas a frase ficou lá, no fundo de minha alma  
Martelando! Martelando!*

*Olhei no espelho uma, duas, três... infinitas vezes.*

*Olhava também para as pessoas negras  
com suas graças e gana.*

*E assim passei a acreditar e agir diferente.*

*Ainda ouço o xingamento:*

*“Ei neguinha fedida”!*

*Só que agora a minha reação é de desprezo.  
Olho pro agressor, com corpo e mente de negra linda  
que fede e cheira como toda a gente.*

*Afirmo: o agressor mal sabe  
que não é a mim que ele ofende,  
mas a si próprio por ser tão racista.*

**MATILDE RIBEIRO**

**Série Negritude, 1993**

## Apresentação do Evento

*Construção, Desmonte e Reconstrução das Políticas  
de Igualdade Racial no Brasil*

---

**OLHAR PARA TRÁS PARA SEGUIR EM FRENTE, PARA OS LADOS,  
PARA O ALTO:**

A CONSTRUÇÃO, DESMONTE E RECONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE  
IGUALDADE RACIAL NO BRASIL

**BEL SANTOS MAYER E TÂNIA CORGHI VERÍSSIMO**

*Quem não sabe de onde veio, não sabe para onde vai*  
(provérbio africano presente no livro “Um  
defeito de cor” de Ana Maria Gonçalves)

O evento “Construção, Desmonte e Reconstrução das Políticas de Igualdade Racial no Brasil”, realizado no dia 19 de agosto de 2022, amplamente divulgado por diferentes mídias<sup>01</sup> e transmitido ao vivo pelo canal do Instituto de Estudos Avançados - IEA<sup>02</sup>, reuniu grandes expoentes da história da luta antirracista no Brasil: Matilde Ribeiro (UNILAB), Vilma Reis (Instituto Ceafro de Educação para a Igualdade Racial e de Gênero), Douglas Belchior (Coalizão Negra por Direitos), Lúcia Xavier (Organização Social Criola), Cidinha da Silva (escritora), Leci Brandão (Deputada Estadual de São Paulo)<sup>03</sup> e Maria das Neves Filha (União Nacional dos Negros e Negras Pela Igualdade).

Partindo da máxima de que “enquanto houver racismo, não haverá democracia”<sup>04</sup> e

---

01 O evento recebeu o apoio do Jornal GGN, do Jornalistas Livres, do Psicanalistas pela Democracia (PPD), da Rádio USP e da Rede TVT.

02 O evento foi uma realização do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Memória (IEA/USP).

03 Leci Brandão não esteve presente ao vivo, mas enviou uma carta lida por sua assessora Maria das Neves Filha e que será divulgada neste caderno.

04 Título de manifesto publicado em julho de 2020 pela Coalizão Negra por Direitos, denunciando a dívida  
Mayer, Veríssimo e Silva

em continuidade ao “Ciclo de Memórias de Construção e Desmonte das Políticas de Direitos Humanos no Brasil”<sup>05</sup>, o encontro teve como objetivo a promoção do debate sobre um problema tão fundamental quanto urgente: o racismo estrutural em seus efeitos deletérios e a luta pela garantia de direitos e de políticas públicas voltadas à população negra no país.

A urgência do debate justificou-se por pelo menos dois caminhos: primeiramente, por razões históricas, pelo reconhecimento da necessidade de priorizarmos as questões raciais no Brasil, assumindo o compromisso ético da reparação histórica para com a população negra que viveu e ainda vive, sistematicamente, as insalubres e violentas consequências advindas do racismo. Historicamente por mais de três séculos de exercício de uma política escravocrata, exterminadora e desumanizante, atualizada constantemente pelas malhas do racismo estrutural brasileiro. Depois, por razões políticas e de memória político-institucional, reconhece que o retrocesso oferecido às políticas antirracistas e de promoção da igualdade racial, desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff veio se acirrando no transcorrer das duas últimas gestões federais no país.

Se o tracejo do fio da história aponta para avanços do ponto de vista da institucionalização de políticas raciais promovida pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016), com a realização de iniciativas que mantiveram seu propósito de enfrentamento das desigualdades raciais/étnicas no país, desde o governo de Michel Temer (2016-2018) e mais acentuadamente desde o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), tais políticas sofreram significativos ataques expressos em apagamento de dados, sucateamento das instituições, enfraquecimento e desqualificação do debate sobre racismo com a não problematização das desigualdades raciais, cortes orçamentários e o congelamento de recursos, enfraquecendo deliberadamente os aparelhos importantes para a luta antirracista no cenário brasileiro.

Neste sentido, situamos esse encontro em um momento estratégico de uma encruzilhada, a encruza, fim e (re)começo, terreno de decisões. Ocorrido a dois meses das eleições governamentais e presidenciais mais importantes dos últimos anos no país, o evento teve o propósito de, mais do

---

histórica do país com a população negra e convocando a sociedade brasileira a um projeto político, econômico, educacional, cultural para erradicar o racismo. Para conhecer as ações da Coalizão Negra por Direitos, acesse: [coalizaonegrapordireitos.org.br](http://coalizaonegrapordireitos.org.br).

05 No ano de 2021, o Grupo de pesquisa [Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Memória](#) (GPDH) do IEA-USP, deu início a um projeto intitulado “Ciclo de Memórias da Política Institucional Brasileira de Direitos Humanos”.

que nunca, reafirmar o compromisso com uma democracia efetivamente ameaçada, e que, sem incluir o enfrentamento do racismo em sua essência, não se efetivaria. Foi vital ao evento, ter entre os participantes, Douglas Belchior e Vilma Reis, candidatos ao governo federal e lideranças do movimento Quilombo nos Parlamentos<sup>06</sup> em apoio a mais de 100 pré-candidaturas de pessoas dos movimentos negros ao Congresso Nacional e às Assembleias Legislativas do país.

Assim, o ciclo de debates somou-se às forças frente aos desafios de rearticulação, luta, reconstrução de estratégias para efetivação de políticas antirracistas, além da recuperação das memórias da Política Institucional Brasileira de Direitos Humanos, neste caso, as políticas antirracistas e de promoção de igualdade racial.

Durante mais de três horas, num debate interessado em transformações sociais e no avanço de iniciativas de resistência bem-vindas aos novos anos vindouros e desafiadores para o Brasil, o encontro esbanjou potência, promoveu a circulação de palavras em duas rodas de conversas sobre a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e a criação da SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial); a Política Nacional de Educação e a efetivação da Lei 10639/2003, da política de cotas e da educação antirracista; as Políticas de Saúde e os Movimentos de Mulheres Negras; as políticas de acesso à justiça e de enfrentamento do genocídio da juventude negra, as políticas culturais e de memória da população negra.

As palavras de Conceição Evaristo: “Eles combinaram de nos matar, a gente combinamos de não morrer”<sup>07</sup>, dimensiona parte da atmosfera deste evento, espécie de microcosmo que pauta a batalha diária pela sobrevivência de uma população cotidianamente alvejada literal e simbolicamente pela necropolítica empreendida no país.

Compreende-se que o combinado para não morrer começa por manter viva a memória, o olhar para políticas que foram historicamente construídas e merecem ser lembradas, conjugadas no tempo presente como alicerce ao futuro. Também entende-se que o combinado para não morrer não deve contemplar apenas os feitos, mas mirar os desmontes de políticas e analisar

---

06 As informações sobre o lançamento do movimento Quilombo nos Parlamentos estão disponíveis em <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/2022/06/04/quilombo-nos-parlamentos/>. Acesso em 11 Ago 2023. Douglas Belchior (candidato por São Paulo) e Vilma Reis (candidata pela Bahia) não se elegeram. Foram eleitas 26 lideranças do movimento. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/04/quilombo-nos-parlamentos-26-liderancas-do-movimento-negro-sao-eleitas-no-brasil>. Acesso em 11 Ago 2023.

07 Evaristo, C. Olhos D'água. 1a Ed. Rio de Janeiro: Pallas. Fundação Biblioteca Nacional. 2016, p. 99.

criticamente suas causas, reconhecendo a memória como instrumento político, ferramenta potente às transformações em um cenário renhido, conforme bem salientado pela escritora Cidinha da Silva durante o evento.

Manter viva a memória é realizar também a existência de um desmonte que se baseia não só na institucionalização da perda de direitos da população negra, mas na teoria de que não há racismo no Brasil. Há um duplo e desafiador enfrentamento a fazer: o combate à negação do racismo em concomitância à estruturação de políticas em conexão a uma história de país a ser recuperada, afinal, o desmonte passa pela desconsideração da história do povo brasileiro.

A reconstrução de políticas antirracistas passa pelo reconhecimento de que a discussão do racismo concerne todo brasileiro que luta pela democracia em seu país. Envolve uma discussão que deve implicar e incomodar a branquitude em seus lugares de privilégios, alçando debates que ultrapassem os muros das universidades brasileiras, atingindo a diversidade de segmentos e grupos em sua amplitude.

Esperamos que esse caderno contribua ao debate, às memórias e às novas escolhas nas encruzadas que nos esperam.

Boa leitura!

.



## Abertura do Evento

**PAULO HENRIQUE FERNANDES SILVEIRA**  
(FEUSP-IEA)

**E**u gostaria de agradecer ao IEA, bem como a Paulo Endo e Andrei Koerner (coordenadores do Grupo de Pesquisa - Direitos Humanos, Democracia e Memória) pelo apoio direto na realização desse evento. Gostaria de agradecer, também, à equipe de pesquisadoras e pesquisadores que participaram da organização do evento: Bel Santos Mayer; Tânia Veríssimo; Lívia Santiago; Fabiana Severi; Gabriela Gramkow.

É importante destacar, também, o apoio e a divulgação do evento feita por institutos e órgãos da imprensa, são eles: a Diretoria Executiva de Direitos Humanos da UNICAMP (DEDH); o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC); a Agência Patrícia Galvão; a Comissão Arns; o coletivo Psicanalistas pela Democracia; o Jornal GGN; os Jornalistas Livres; a Rádio e o Jornal da USP; a Rádio Brasil Atual e a TV dos Trabalhadores (TVT). Eu gostaria de aproveitar para mandar um abraço especial para a querida Lourdes Nassif, do Jornal GGN, que já se recupera em casa, após uma internação hospitalar.

O combinado é que eu faça uma breve apresentação, o importante nessa tarde é ouvir e debater com as nossas convidadas e com o convidado, que serão apresentados pela Bel e pela Lívia.

Para contribuir com o tema do nosso encontro, eu trago uma análise do professor, tradutor e filósofo Wolfgang Leo Maar. Num texto recente publicado no site *A Terra é redonda*, Wolfgang defende que: “Num país com séculos de escravagismo, a questão social se sobrepõe como prioridade à experiência política”. No mesmo texto, Wolfgang afirma:

Quando houve o afastamento fraudulento da presidência de Dilma Rousseff, todo ele baseado em falsidades fáticas, muito se especulava sobre porque as elites

Mayer, Veríssimo e Silva

dominantes fariam um golpe, já que afinal ‘nunca haviam ganho tanto dinheiro do que com os governos do PT.’ A questão não era diretamente econômica: estava em pauta a construção de uma sociedade inclusiva e tendencialmente igualitária, consciente e apta à experiência da injustiça de sua exclusão. Havia embutida nessa construção uma perspectiva crítica crescente e transformadora de longo curso, avessa ao vigente racista, machista, de exclusão e repulsa aos pobres e miseráveis”<sup>08</sup>.

As palavras de Wolfgang Leo Maar nos ajudam a refletir sobre a primazia da luta pelas Políticas de Igualdade Racial no Brasil. Esse tema esteve no centro dos debates do Primeiro Encontro Internacional da Coalizão Negra por Direitos, realizado na Ocupação 9 de Julho, em São Paulo, em novembro de 2019. Esse encontro reuniu pelo menos três gerações do movimento negro. Entre outras questões, ali se discutiu como as Políticas de Igualdade Racial foram conquistadas após difíceis e longas lutas do movimento. Lutas travadas por inúmeras e inúmeros militantes, pessoas que enfrentaram as ditaduras e todas as injustiças de um capitalismo selvagem.

Além de se apresentarem como uma necessária e tardia reparação política, econômica e social ao escravagismo e a todas as privações que a sociedade de classes impôs à comunidade negra brasileira, as Políticas de Igualdade Racial apontam para a possibilidade de um processo de construção da cidadania. Esse processo estava em curso desde a Constituição Cidadã de 1988, mas foi bruscamente interrompido com o golpe parlamentar de 2016 e a arbitrária prisão de Lula, em 2018. Como indica o tema deste nosso encontro: é preciso garantir todos os direitos conquistados e avançar na construção permanente de novas políticas de igualdade racial.

Nesses últimos anos fomos surpreendidos, nas redes sociais e nas ruas, por atos e palavras de pessoas violentas, intolerantes, racistas, machistas, xenófobas, homofóbicas e desumanas com os mais pobres. Esse país precisa passar efetivamente por um amplo processo civilizatório. Nesse contexto, as Políticas de Igualdade Racial têm o papel de produzir uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Quero agradecer às convidadas e ao convidado que abriram um espaço em suas agendas de trabalho e de militância para contribuir com esse debate.

---

08 Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/so-existe-um-lado/>  
Cadernos Cedec, n. 135, 2022

## **Exposições (Rodas de Conversa)**

**RODA 1: Matilde Ribeiro, Vilma Reis e Douglas Belchior**

**Mediação: Bel Santos Mayer**

### **BEL SANTOS MAYER**

**[Ibeac, LiteraSampa e GPDH/IEA]**

Quando nós escolhemos, dentro desses ciclos de memória que vêm avaliando a construção, o desmonte, e pensando essa reconstrução das políticas públicas de direitos humanos, a escolha desse ciclo, enquanto ele vem como fundo, que enquanto houver racismo não haverá democracia, algo que os movimentos negros têm dito e refletido e nos provocado o tempo todo. E pra fazer essa conversa, nós chamamos três pessoas que, além de fazerem parte dos movimentos negros, estão aí até roucas de tanto gritar que a gente precisa mudar esses dados da realidade.

Então, eu vou passar a apresentar cada uma delas, e aí, a gente explica depois como vai ser a dinâmica desse encontro. Então, a primeira delas é Matilde Ribeiro. A professora Matilde Ribeiro foi Ministra da Igualdade Racial, de 2003 a 2008. É doutora em Serviço Social pela PUC de São Paulo. Tem uma experiência profissional que se concentra nas áreas de gestão pública, políticas de gênero e raça. Docência em nível superior, em instituições públicas e privadas, assessoria a movimentos sociais. A sua militância política se deu dentro do Movimento Negro, dos Movimentos de Mulheres Negras e Feministas. Foi secretária adjunta da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo, de 2013 a 2014. Assessora de Direitos da Mulher, na Prefeitura Municipal de Santo André de, 97 a 2001. Desde 2014 é Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Bem-vinda, Matilde Ribeiro. Pode abrir, dar um oizinho pra gente.

### **MATILDE RIBEIRO**

**[UNILAB]**

Boa tarde, um prazer estar com vocês. Estou, assim, bastante envolvida com este formato de trabalharmos juntos.

**BEL SANTOS MAYER****[Ibeac, LiteraSampa e GPDH/IEA]**

Muito obrigada. Matilde, inclusive, participou de uma entrevista pra Rádio USP, falando sobre o tema e sobre o nosso evento. Obrigadíssima. Vamos chamar também aqui, pra nossa roda, a baiana Vilma Reis. Socióloga, mestra e doutoranda em Estudos Africanos, pela Universidade Federal da Bahia. Além de pesquisadora pelo Instituto Ceafro de Educação para Igualdade Racial e de Gênero, está entre as mais importantes pensadoras do pensamento feminista e negro no Brasil. Vilma Reis ocupou por dois mandatos o cargo de ouvidora geral da Defensoria Pública da Bahia, e se lançou como pré-candidata à prefeitura de Salvador pelo PT, em 2020. A sua atuação em defesa das mulheres e no combate ao feminicídio, coloca Vilma Reis como um verdadeiro símbolo da luta, mas também, da esperança por um país justo, igualitário, menos violento e odioso e sem racismo. Em 2022, Vilma Reis é candidata à Deputada Federal, pelo Partido dos Trabalhadores. Bem-vinda, Vilma Reis querida. Cadê você?

**VILMA REIS****[Instituto Ceafro de Educação para a Igualdade Racial e de Gênero]**

Olá, meu povo. Boa tarde. Salve, salve. A todos, todas e todes, que vão acompanhar, agora e depois, nosso “salve”. Que bom estarmos aqui, uma roda potente.

**BEL SANTOS MAYER****[Ibeac, LiteraSampa e GPDH/IEA]**

Obrigada, querida. E, pra juntar aqui e fechar essa roda, vem Douglas Belchior que é educador político, um dos criadores do Movimento Uneafro Brasil.

Historiador, em sua trajetória política, atua, principalmente, em questões de direitos humanos, direitos sociais, com ênfase ao combate ao racismo e é uma referência dentro dos movimentos negros, entre as juventudes, embora ele diga que ele já não está tão jovem assim, mas é uma referência entre os jovens. Em 2020, Douglas Belchior foi uma das lideranças que articulou a criação da Coalizão Negra por Direitos que reúne mais de duzentas organizações do Movimento Negro de todo o Brasil e vários outros países. A Coalizão Negra por Direitos, tem atuado fortemente em oposição ao governo Bolsonaro e suas políticas, denunciando e pressionando por mudanças, bem como propondo alternativas e realizando ações de enfrentamento à fome e à violência. Em 2022, Douglas Belchior foi candidato a Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores por São Paulo. Ele e Vilma vivem aí, pra cima e pra baixo, juntos, falando e fortalecendo aquilo que tem proporcionado um aumento das candidaturas negras no nosso país. Bem-vindo, Douglas Belchior.

## DOUGLAS BELCHIOR

[Uneafro Brasil]

Bel, muito obrigado. Muito obrigado pelo convite para estar aqui com vocês. É uma honra pra mim estar com vocês aqui. Ter a companhia de Matilde. Alguém que me inspirou a continuar no Movimento Negro e a fazer a luta que eu faço hoje. E a companhia luxuosa da Vilma Reis com quem eu divido a construção da Coalizão. E que, Oxalá querendo – e ele quer, nós vamos ser colega de trabalho ano que vem, está tudo certo.

## BEL SANTOS MAYER

[Ibeac, LiteraSampa e GPDH/IEA]

É o que se espera aí, muita gente esperando por isso. Então, pra quem chegou agora, pra quem está nos acompanhando, essa mesa, essas rodas de conversa, a gente tem essa primeira, que vai até às dezesseis e quinze, que dá pra imaginar o que é a agenda de todo mundo e de duas pessoas que estão aí fazendo, carregando as suas candidaturas, levando pra rua. Então, nós combinamos que a gente dividiria em duas rodas, uma que vai até às dezesseis e quinze e, na sequência, a gente começa a segunda roda de conversa, que também está maravilhosa, como essa vai ser.

Quem está nos acompanhando pode mandar suas perguntas. Então, tem um *e-mail*, as perguntas têm que ser encaminhadas pelo *e-mail*. Não dá pra colocar no *chat*. Tem o *e-mail* é [iearesponde@usp.br](mailto:iearesponde@usp.br). *E-mails* ou comentários. Precisam mandar mensagens, perguntas, comentários, [iearesponde@usp.br](mailto:iearesponde@usp.br).

Então, a gente vai começar agora, aqui, a nossa conversa. Nós combinamos, no início, nós nos trataremos por “você”, mas a gente já apresentou aí devidamente, são “senhores” e “senhoras”, pelos temas, pela propriedade que têm no conhecimento do tema, nas suas causas, nas suas lutas, o nosso tratamento aqui como “você” é pra gente quebrar um pouquinho a frieza dessa tela. A gente adoraria estar bem pertinho aqui, nessa conversa. Nós vamos começar, como a gente combinou, pela Matilde Ribeiro. A Professora Matilde Ribeiro, que foi, ocupou esse lugar de ser a Primeira Ministra da Secretaria Especial de Promoção das Políticas de Igualdade Racial, criada pelo Governo Lula, e Matilde estava lá, representando muitos sonhos, muitos desejos e muitas lutas. Tudo isso começou lá em 2003. Então, a pergunta pra você, Matilde. Como é que foi sonhada, construída essa política nacional e internacional, porque você fez uma série de esforços para articulação internacional das pautas da igualdade racial. Então, o que você destacaria desse processo de construção das articulações, de tudo aquilo que você pôde estar ali, construindo e articulando. E a gente tem dez minutinhos pra essa primeira fala. Por favor.

Boa tarde, de novo, a todas as pessoas, as que estão presentes aqui na minha tela e as que estão nos ouvindo por esse fantástico meio que a gente arrumou de se comunicar, neste período tão duro da pandemia, pela Covid-19. Foi uma forma de não nos sentirmos tão sós, fazermos juntos.

Bom, as duas questões são muito instigantes. Sonhos e construção. O sonho por mudanças sociais estruturais deve ser sempre coletivo. Em 2002, eu fui acionada pela SNCR/PT – Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, que demarcou campo num dos eventos decisórios do PT, em relação à estruturação da campanha do Presidente Lula. Foi conquistada a indicação de uma pessoa para fazer parte da coordenação da construção do Programa de Campanha do candidato Luís Inácio Lula da Silva. Eu nem estava no momento, estava em casa, fazendo outras coisas. Fui acionada pelo telefone, e tinha que tomar a decisão imediatamente, se aceitaria representar a SNCR/PT na coordenação do Programa Lula Presidente, e, também a tarefa de articulações no entorno disso – junto a setores do Movimento Negro, da sociedade civil e da Academia. Falo de setores, porque ninguém é unanimidade. E toda unanimidade tem que ser questionada. Então, eu não tive condições de responder naquele bate-pronto, mas, é óbvio que fiquei sensibilizada com a situação. Esta representação foi inédita na minha vida e na vida da construção da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT, que existe desde 1995.

Após sete anos depois da criação da SNCR, conseguimos estar num momento coletivo decisório do PT. No grupo de 23 pessoas, apenas eu e Benedita da Silva éramos negras. Mas eu era a única que representava a construção desse fio lógico que veio a ser, lá na frente, a SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, criada em 21 de março de 2003. Então, o sonho era coletivo e eu, particularmente, fiquei muito honrada e me empenhei muito em colocar o meu conhecimento e a minha capacidade ativista a serviço de um sonho coletivo. Isso foi, pra mim, uma das principais honras que eu tive na vida. Depois, na sequência, veio o governo de transição que, pela primeira vez na história do Brasil, tornou-se brincadeira. Mas, pela primeira vez, dois presidentes fizeram um processo civilizado de transição, através de uma lei. Tanto o governo que estava iniciando, o Governo Lula, quanto o governo que estava encerrando, Fernando Henrique, indicaram pessoas com conhecimento técnico e político pra gerar o relatório de transição. E eu refiz essa representação. Eram cinquenta e uma pessoas pra todo o conjunto das políticas públicas do Brasil, e eu responsável pela política de promoção da igualdade racial.

Até então, eu não sabia que seria ministra, porque ninguém nasce dizendo, “eu vou ser ministra”. Principalmente, considerando o nosso histórico de negros e negras – que nunca estamos na festa desfrutando da condição de cidadãs/cidadãos que temos direito, somos quase

que invariavelmente convidadas/os para pra servir o cafezinho. Assim, todo esse processo, de fato, representou um sonho coletivo. E com muita honra procurei dar o melhor de mim.

Bom, depois veio a estruturação da secretaria. Muitos sonhos. E agora eu vou falar da construção.

No primeiro momento da construção da SEPPIR tivemos uma surpresa, uma péssima surpresa. Por quê? Nós tínhamos feito desde o processo da Campanha até o Governo de Transição, muitas negociações. E estava certíssimo que a Secretaria seria criada antes da posse, iria “sair na fotografia da posse”.

Eis que, não, só que não! O órgão não foi criado. E, sabem por quê? Temos grandes dificuldades de realizar com premência e emergência, os sonhos e os projetos coletivos dos negros, nesse campo da diversidade dos direitos humanos. Falo assim pra explicitar a urgência das demandas históricas serem atendidas, nessa sociedade comandada por brancas/os. Assim, vivenciamos mais três meses de negociação, e a SEPPIR foi criada no dia 21 de março de 2003.

O começo foi bastante, eu diria, bastante agitado, bastante dinâmico, porque o Movimento Negro e as organizações de mulheres negras nunca tinham vivido essa realidade antes. Era tudo surpresa. E aí, nós elegemos uma pessoa pra nos representar, na criação da secretaria, em nome do Movimento Negro. Vocês imaginam que chegar a isso não é uma coisa fácil. E nós escolhemos de maneira unificada Abdias do Nascimento.

Logo após a criação da SEPPIR, logo na primeira semana, eu fui ao Rio de Janeiro, onde Abdias morava, pra conversar. Ele foi o primeiro gestor de política de igualdade racial no Brasil nos 90 (Governo do Leonel Brizola). Abdias coordenou a Secretaria Estadual no Rio de Janeiro. Considerando todo o seu conhecimento, a sua posição de Griôt, fui dialogar com ele sobre como seria essa construção de política de igualdade racial, num país tão racista. A conversa foi bem longa, mas destaco uma frase que ele me disse – “saiba que não se faz omeletes sem quebrar ovos”. Na hora, eu entendi, mais ou menos. Mas, ao longo dos seis anos, eu entendi muito bem. O que é romper as cascas. O que é ver o miolo rompendo a partir das cascas. Foi com esse conselho e/ou profecia de Abdias, que tudo começou. A lista de reivindicação histórica do Movimento Negro era quilométrica. Tinha que ter muitos caminhões pra carregar essa lista. Então, o grande desafio foi chegar a: qual seria a prioridade da SEPPIR?

A história de construção do que deveria ser priorizado, é muito longa. Por isso, vou direto ao ponto. A prioridade foi Quilombo. E, fui a coordenadora do processo de construção da Política para as Comunidades Quilombolas, considerando e/ou fazendo mudanças em relação ao que já existia. O Governo Lula não começou essa política, ele deu ênfase e deu continuidade. Eu nunca tinha ido a um quilombo. Tinha sensibilidade política, e conhecimento a partir de leituras e debates políticos oriundos do Movimento Negro. Então, *bora* lá, aprender, fazer relações, conhecer por dentro, e muito rapidamente, porque a demanda batia na porta a cada minuto.

Tem uma situação vivida em quilombo, que eu vou rapidamente relatar. Espero que vocês entendam a dimensão da coisa. Foi no Maranhão, uma plenária com quilombolas do Estado, umas duzentas pessoas, saiu uma senhora do meio do povo, uma quilombola, e se aproximou da mesa onde eu estava representando o presidente Lula, e me disse, “eu nunca estive a frente de um ministro, no caso, uma ministra, eu não sei bem o que é isso”. E ainda ela se desculpou dizendo: “Eu não sei falar. Porque eu não sei ler e escrever. Mas a senhora parece minha mãe. Parece minha irmã. Minha tia. Eu conheço a senhora. A senhora é da minha família”. Com esse acolhimento ancestral, ela começou a me contar e ensinar sobre a história do Quilombo. E ela que não sabia falar, porque não sabia ler, escrever, me deu uma grande aula sobre o que era a realidade daquele quilombo. Ela era muito firme nas suas abordagens, de tão firme “ela me dava ordens”. Dizia de uma maneira soberana, de quem estava muito segura do seu conhecimento: “a senhora vai falar pro Lula, não vai? E pá, pá, pá, pá, pá. “A senhora vai falar pro Lula.” E, no final, ela disse assim: “Fala pro Lula que aqui a maioria, se não pra não dizer todos, votaram nele”. A gente confia nele. Mas, quem vota, também pode não votar. Então, diga pra ele que nós estamos aqui esperando que ele faça e aconteça. Foi assim a conversa.

Bom, e aí estão colocados todos os desafios que vocês podem imaginar, a partir de uma fala ancestral quilombola. Ela me ensinou, naquele momento, o que era a realidade daquele lugar.

Além disso, do meu lado, eu estava ali representando, nada mais nada menos do que o Presidente da República. Então, a vida foi assim muito desafiadora. Outra questão. O como transitar dentro disso na esfera administrativa, burocrática e de poder? Transitar por dentro do governo. O primeiro conhecimento tinha que ser meu, depois o convencimento do outro. E o Lula me disse na posse: “Peça licença pra entrar na sala de um colega seu, ministro, ministra, apenas por educação, porque, por direito, você é tão ministra como eles”. Só que não. Eu lidei com um tema nada palatável – o racismo. Não é palatável para sociedade, nem para o governo, e, nem para institucionalidade. Então, foram muitas idas e voltas. O convencimento é a primeira questão, para construção da política de promoção e igualdade racial.

A segunda é estruturar, materializar o atendimento das demandas históricas. Tomei posse no dia 21 de março, e, no dia 22 não tinha cadeira pra sentar. Então, eu comecei do zero, absolutamente do zero. No sentido da estruturação material do órgão, não da história. Temos que reconhecer que a história já tinha dado passos, mas a estrutura teve que ser montada ponto por ponto – a equipe, a transformação no que era um documento de campanha (Vocês – Vilma e Douglas se forem eleitos como deputados, vão passar por isso) Espero. Espero, inclusive, poder contribuir para isso. Então, transformar o que é um documento político de campanha num documento institucional, fazendo valer a burocracia, a história e a necessidade de um povo. Isso é um grande desafio.



E, por último — eu sei que meu tempo ou já se esgotou ou está se esgotando — Quero dizer que não é fácil dar vida a esta política, por meio das leis, dos programas. No caso, coordenei a elaboração do Decreto 4.887/03, (que rege a política de Quilombo, inclusive nos dias atuais), e, também, o Programa *Brasil Quilombola*. Lá está o indicativo do conjunto das ações a serem realizadas, e das responsabilidades dos órgãos governamentais. E, finalizando, o orçamento. Sem orçamento, não existe política pública!

Fico por aqui, obrigada.

## **BEL SANTOS MAYER**

### **[Ibeac, LiteraSampa e GPDH/IEA]**

Obrigada, Matilde Ribeiro, por trazer os detalhes. Os detalhes miúdos do que é implementar uma política pública antirracista, uma política pública de igualdade racial que, mesmo não partindo do zero, zera. E você tem que pensar em cada detalhe. Muito, muito obrigada. E aí a gente vai passar pra Vilma.

Vilma, quando tudo isso estava acontecendo, você estava aí em Salvador, no CEAFFRO e participando dos desdobramentos dessa política para os outros entes federativos, e vendo o impacto disso, dentro de uma organização social. Então, se você puder compartilhar como foi, de dentro de uma organização da sociedade civil, contribuir para essa política. Também, dez minutos. Eu avisei aqui, eu subo um sininho quando der o tempo. Mas vocês vão, porque é uma delícia, e a gente vai entrando aí na conversa, também.

## **VILMA REIS**

### **[Instituto Ceafro de Educação para a Igualdade Racial e de Gênero]**

Maravilha. Entramos aqui num bom lugar da memória.

Boa tarde, novamente, a todos, todas e *todes*. Eu estou falando de Salvador. Aproveito pras pessoas que estão, por conta de políticas importantes, em nossa vida, e compromisso de inclusão, estão acompanhando de várias outras formas, que não pela imagem, eu estou, eu tenho cabelos com *dread lótus* ou, às vezes, as pessoas gostam de chamar de *rastafári*, eu estou de branco, sou uma mulher de *candomblé*, estou com contas de Orixá no pescoço. Hoje é sexta-feira.

Eu sou uma mulher negra, de cor preta, estou de batom vermelho, com os brincos que são símbolos do Orixá Xangô da justiça, e o que guarda as minhas costas é um painel, uma pintura de Oxum. Muitas publicações da Coalizão Negra por Direitos. E outras e outras imagens, como uma placa importante que nós espalhamos pelo Brasil em memória e *femenagem* a Marielle Franco. Isso pra gente é muito importante e a gente tá falando mesmo foi *femenagem*. E não *homenagem*. E as campanhas da Coalizão Negra por Direitos, e as campanhas que a gente tem espalhado pelo país.

Meu nome é Vilma Reis, a gente aprendeu com Lélia a, em todos os espaços, nos apresentarmos com nome e sobrenome, para que a opressão, nos destacava Lélia, não bote o nome que quiser na gente. E Luíza Bairros, que sempre será bem lembrada entre nós, tomou a tarefa de documentar esse pensamento de Lélia, assim como Flávia Rios e Alex Rads.

Saudações, Bel, muito obrigada pelo encontro. Saudações a esse nosso programa.

A gente sonha sempre com a universidade assim, viu, Livia? E Paulo, Tânia, toda a turma aqui, é uma honra nós estarmos aqui. Um grande abraço aqui pra Lúcia Xavier, minha irmã de batalhas. É uma honra mesmo, Douglas Belchior, nós estarmos aqui com a nossa querida Matilde Ribeiro e lembrar os passos que nós caminhamos até aqui.

Eu penso, Bel, que a partir da sua pergunta, o sentimento que nós temos é que nós criamos em 2003, um Brasil institucional para fazer política pública para população negra, em escala. Já que toda a nossa experiência daquela pergunta que a Frente Negra Brasileira fez, em 16 de setembro de 1931, sobre quando que esse país iria existir para nós? Eu pergunto, é importante que, novamente, com o teatro experimental do negro, Ruth de Souza, Léa Garcia, Solano Trindade e, novamente, Abdias, fez ao país, se era um delito nascer negro no Brasil. E a gente continuou com Carolina Maria de Jesus buscando, fazendo a pergunta e posicionando muitas respostas. E por que a gente diz que é esse marco tão importante?

Matilde Ribeiro trouxe aqui para nós o que foi a história do Artigo 68, que nós conseguimos com muita batalha fazer na Constituição Cidadã de 1988, e levamos quinze anos. Quinze anos pra gente regulamentar o Artigo 68, que eram ainda disposições transitórias para chegarmos ao Decreto 4.887, em 2003, de titularização das terras quilombolas. Bom, vinte anos depois, nós não tivemos um minuto, não tivemos um minuto de sossego nesse país. E foram muitas coisas. A gente, quando eu digo *inventar* um país, tem lugares que Matilde Ribeiro, “Opa, cadê o som das mulheres negras?” Lugares que Matilde Ribeiro, todos os Edson Santos, Elói, Luíza Bairros e Nilma Lino Gomes, todos, todas que passaram pela CEPIR, neste, nós tivemos, ao priorizar a política quilombola, muitos deles e delas. Nós pisamos em lugares da República, como a Casa da Moeda, a partir de 2003, lugares deste país que nunca teve uma presença negra com poder. A gente está falando dessa dimensão.

Portanto, para nós que estávamos aqui no Ceafro, que tinha começado em 1995, o Programa para Igualdade Racial e de Gênero, da Universidade Federal da Bahia, na Extensão. E a gente começou no meio da rua. Depois que o professor Ubiratan Castro de Araújo nos convida pra dentro da universidade, e tantos outros. Nós estávamos neste lugar, em que nós podíamos ver muitos. Lembrando Patrícia Hill Collins, “nós podíamos ver da margem”. E quem vê da margem, vê bastante. E isso pra gente era assim, como nós que estamos inventando institucionalmente um país para fazer política em escala, diante de uma maioria da população que é abandonada, era, vivia abandonada pela institucionalidade, e que nós tínhamos que

enfrentar a questão da terra e o Ceafro com trabalho intenso com as comunidades quilombolas e, daí, que a gente pariu projetos como *Trocas Quilombolas*. Enfrentar o racismo na escola. Bel sabe, bastante desse traçado aqui. Assim como Douglas Belchior, Matilde, todas as pessoas, Lúcia Xavier, desta questão que nós estamos aqui levantando. O que foi, porque aquele ano, Matilde, de 2003, também é o ano de criação. Já em 9 de Janeiro, a gente começa a Reforma Administrativa que começou nessa transição aqui, que você estava historicizando pra nós, a gente adentra aquele janeiro, fazendo a Lei 10.639. Pra cuidar das relações étnico-raciais e enfrentar e, ao mesmo tempo, apresentar história e cultura afro-brasileira e africana. Num país que é a primeira dimensão da perversidade do racismo é negar as contribuições africanas e dos seus e das suas, em diáspora.

Portanto, quando a gente faz uma CIAD e, antes disso, pra parir o Brasil de 2003, nós fizemos uma América de 2001, que foi a Terceira Conferência Mundial Contra o Racismo e Xenofobias, as Formas Correlatas de Discriminação no Mundo, em que o Brasil teve um papel paradigmático. O Brasil tem a sua relatoria, garante a relatoria nesta Conferência, porque nós já éramos o tamanho monumental dessa liderança política, internacionalmente, e muitas das organizações que nós construímos, que nós fizemos pra nós chegarmos. E lembrar que, antes disso, a gente fez 300 Anos de Zumbi, denunciando o crime do racismo. O maior crime dessa sociedade é o racismo. E os movimentos negros desse país não têm feito outro papel.

Neste mundo, quando nós fazemos falas pra programática é exatamente pra vencer. Ora, é bom a gente lembrar que antes, naquele ano de 1995, Matilde Ribeiro organizou um dossiê, chamado *Um Dossiê Mulheres Negras*. Foi histórico, foi a primeira vez que nós estávamos com, pelo menos, vinte mulheres negras publicando junto na revista *Estudos Feministas* e os embates, as questões que emergiram ali daquele dossiê. O Brasil já estava anunciando que não seria possível, sem nós trazermos para superfície todas as batalhas que eram invisibilizadas ao longo, secularmente no país. Hoje, quando nós aqui falamos, movidas pela energia Benedita da Silva, com oitenta anos, e quando falamos movidas pela energia de uma Francia Marques, eleita Vice-Presidenta da Colômbia, é importante neste um minuto que eu reivindico aqui — viu, Bel, eu estou toda aqui *organizadinha*, assim, nesses dois minutinhos que a gente reivindica aqui. Eu acho que é importante a gente dizer.

Eu fui com Matilde para a Universidade do Texas, em 2008. E Jazito Araújo. Quando nós chegamos no Texas, o Brasil (e Lúcia Xavier, que está aqui no nosso debate) era a grande novidade no mundo. O Brasil era olhado no mundo. As pessoas tinham orgulho desse país e, é bom dizer, uma das notícias que se espalhou pelo mundo e que fazia com que a gente estivesse ali, na Universidade do Texas, em Iuti, eram as políticas raciais, eram as políticas que tinham sido erguidas, mesmo Matilde tendo que virar o estômago e era o momento intenso, naquele momento de 2008. Portanto, eu penso, Bel, que aquela tarefa política que custou a todos, todas e *todes*, e custou fundamentalmente àqueles e àqueles, sob a liderança de Matilde. E quando nós

estávamos em Salvador, em outros lugares do país, em que a gente se perguntava o que é possível para uma ministra negra? Num país que nega, e que, a gente fala em negacionismo, hoje. O Brasil nega visceralmente o racismo. O Brasil é um país em que a questão racial, ainda estava na zona nebulosa, que a partir do fato jornalístico e histórico de George Floyd, mas a partir do evento das cotas raciais, nós conseguimos espalhar pelo mundo o que parecia impossível.

E a gente chega aqui nesse debate fazendo acontecer um senso quilombola, Matilde, fazendo acontecer, Douglas Belchior, 20 anos de juventude negra nas universidades brasileiras. E a gente batalhando pelas bancas de hetero-identificação é irreversível. Sem nós, o Brasil não vai, sem nós a esquerda não vai. Somos nós que empurramos a esquerda tradicional e branca pra esquerda. E isso aqui não tem saída. É por isso que a gente se coloca e diz, “nós estamos aqui”. E as candidaturas negras são desobediência ao racismo, ao patriarcado e à potência e violência do capital.

Estamos aqui, porque todos falharam na tarefa de nos governar. E Matilde Ribeiro, ela foi à frente nessa tarefa. Ela foi na frente, a gente estava junto, porque nos Estados, quando Matilde chegava, me lembro de um encontro no Museu do Dinheiro em Salvador, e lotado, e as pessoas estavam, elas paravam no Pelourinho, mas o que é isso que está acontecendo? Era novidade histórica deste país ter uma ministra negra. E que se afirmava como negra, se afirma como negra. Isso ainda pra gente, tudo é a primeira vez.

## **BEL SANTOS MAYER**

**[Ibeac, LiteraSampa e GPDH/IEA]**

Ai, Vilma Reis, Ave-Maria, que a gente faz? Muitos aplausos aqui pra nós que estamos na sala, muitos comentários, também, pra você, pra Matilde.

Tudo muito bonito, o jeito que vocês trazem, indicando o CEP desses encontros. E a gente, a nossa memória vai ficando aquecida e com muito mais certeza de que a gente está no lugar certo, discutindo as coisas certas e urgentes e irreversíveis.

Vou passar agora para Douglas Belchior. Douglas Belchior, aí nos próximos dez minutos, você vai contar. E você, onde é que você estava, menino? E o que você recebeu dessas mulheres todas que foram nominadas aqui, e como você leva isso pra luta pelos cursinhos populares, pra luta pra representatividade política.

## **DOUGLAS BELCHIOR**

**[Uneafro Brasil]**

Bom, o que dizer depois de Matilde e Vilma?

E, também, com a presença da Lúcia Xavier aqui, que é uma outra companheira que nos ajuda a construir a Coalizão Negra por Direitos, destes últimos quase quatro anos. Eu, quando cheguei, já tinha uma avenida. Já era uma avenida.

Então, talvez por isso, Matilde, Vilma sempre fala, ela fala, “Pô, a minha geração não tratava desse jeito nossos mais velhos, porque era outro ambiente”. O fato da gente ter chegado, Bel, nesta avenida, graças ao trabalho de quem veio antes, de quem abriu com o próprio corpo essa estrada de mata fechada, que é o caminho pra tentar discutir o que é fundamental para a explicação do Brasil, que é o racismo. Eu acho que, óbvio, a gente chega num outro momento da história.

Eu tive o privilégio de acompanhar. Eu comecei muito cedo a minha militância social e política, e conheci movimento de cursinhos populares, também, muito cedo. E movimento de cursinho popular comunitário ligado a Movimento Negro, ou seja, discutindo a importância de acessar a universidade, também, como a percepção de que educação pública gratuita de qualidade é um espaço pra todos, mas, principalmente, a partir do lugar da população negra, dos jovens negros, da população negra que sempre foi proibida de frequentar esses ambientes, esses espaços. Então, eu fui, o meu primeiro momento de educação política já foi nesse ambiente. E, então, eu ajudo a construir cursinho comunitário, espaço de educação, sei lá. Aqui onde eu moro, na divisa de Itaim Paulista com Poá, Bel, nós temos um cursinho, um Núcleo de Educação Popular que, no último dia 11, agora de Agosto, fez vinte e dois anos de existência.

Então, eu já tenho pelo menos vinte e cinco de caminhada, acompanhando vinte e cinco anos. Acompanhando esse exercício de educação popular em periferias, aqui em São Paulo. Então, eu sou fruto direto desse trabalho que nasce, que surge como base social de defesa das políticas que essas mulheres formularam, que essas mulheres defendiam. Por exemplo, nos encontros que precederam, a Vilma ali lembrou disso aqui. A Conferência de Durban, aqui na América Latina, né, Vilma? Me parece que foi no Chile, o encontro prévio. Eu estou errado ou não estou, é no Chile mesmo, Vilma? Quando eu encontrei o Lula pela primeira vez, eu perguntei pra essas mulheres, aí eu disse a elas, “mas, e aí, vou falar o quê, com o cara? Vocês têm que me dizer o que eu vou falar com ele”. E aí, uma coisa que todas repetiram, “pegue os documentos do Chile, que foi aprovado e construído, sobretudo pelo Movimento de Mulheres Negras do Brasil, que estiveram naquele espaço, e quase que esse documento na íntegra é o documento que vai ser aprovado na Conferência de Durban. Então, talvez seja nos principais documentos de formulação do Movimento Negro, nessa dinâmica da luta política institucional de construção, de provocação, de pressão do movimento social organizado junto ao Estado, junto aos governos, pra que dali surjam políticas públicas. Então, quando eu digo que nós, a minha geração, quando chega pra fazer luta contra o racismo, nesse ambiente da relação, da dinâmica luta na rua, pressão governamental, pressão às instituições, a gente pega

uma avenida, porque grande parte das formulações que a gente defende, agora em 2022, são formulações construídas nos últimos quarenta anos, por lideranças políticas que estão vivas, que são nossas lideranças agora, hoje. A Vilma é uma delas, a Matilde é outra delas, a Lúcia é outra delas e outras tantas que eu tive o privilégio de conviver e aprender.

De maneira que eu participei e participo de um movimento de base, assim como quando você pensa a política pública de moradia, por exemplo, você vai imaginar que tem um movimento que faz a pressão social na rua pra que a política aconteça. Então, você tem o quê? O movimento das pessoas que não têm casa, sem teto, movimento sem teto. Então, nesse campo, os cursinhos populares e a Uneafro, que eu mostro o livro aqui pra vocês, é uma das redes. Mas você tem, por exemplo, o papel do Núcleo de Consciência Negra na USP, que é de 88. Tem o Instituto Steve Biko, a iniciativa de Steve Biko, na Bahia, em Salvador. Muito forte ainda agora, aí. São precursores desse debate de acesso de jovens negros às universidades. Você tem o PVNC no Rio de Janeiro, pré-vestibular para negros e carentes lá na terra da Lúcia Xavier. No caso, Baixada Fluminense, São João do Miriti, certo? Organizado ali, Comunidade e Igreja. Depois, você tem a vinda dos franciscanos para São Paulo, trazendo, agora já são trinta anos de Steve Biko. Trazendo a experiência de cursinho comunitários pra negros lá do Rio aqui pra São Paulo, e se unindo aqui à experiência do padre negro Batista, que também fazia um trabalho aqui de formulação, estudo pra molecada pra entrar na universidade, a Educar foi, em seguida, depois a Uneafro. Agora tem Ubuntu. Então, são experiências no campo da educação, onde o Movimento Negro organizado sempre foi muito presente. Também, como uma demanda nossa. Quer dizer, a gente sempre lutou pelo direito à moradia, porque sem-terra e sem casa, primeiro são os pretos. Na própria dinâmica da organização da sociedade pós-abolição. Você não tem reforma agrária. Quem trabalhava na terra não tinha mais terra pra trabalhar. Para si, nem pra ninguém. Aquele povo que trabalhou por quatrocentos anos, de repente muda o regime. Já não é mais considerado apto a continuar trabalhando. Então, o mercado de trabalho não incorpora. E aí, além de não ter casa, também não tem emprego, não é incorporado ao mercado de trabalho. Não tem condições de acumular nenhum tipo de propriedade, de riqueza de coisa parecida. E, ao mesmo tempo, esse grupo social que é proibido ao espaço educacional, espaço do trabalho e vai ser criminalizado, porque vai carregar estereótipos e vai ser alvo preferencial da organização institucional da polícia e do grande encarceramento. Então, é todo um plano armado nesse Estado, que a Vilma sempre chama de colonial que dá muito certo e que é operado por todo o século 20. E que ainda assim, e aí, eu trago uma outra grande referência nossa pra essa sala. Ainda assim, mesmo tendo o Estado contra si, mesmo tendo todas as políticas de negação de direitos, ainda assim nós sobrevivemos e organizamos resistência.

Quem sempre fala isso e diz que a população negra brasileira, talvez seja o principal segmento ou mais vitorioso segmento da sociedade brasileira, quem é? O nosso professor Edson Cardoso. E ele diz, “olha, nós chegamos aqui, apesar de tudo, contra tudo e contra todos.”

Ele acabou de lançar esse livro aqui, com o título *Nada os Trará de Volta*. Justamente falando daqueles que foram alvos, da parte do nosso povo que é alvo histórico e que nós precisamos lutar em nome deles. Mas, infelizmente, são vidas que a gente perdeu nesses anos todos e que isso tudo custou muito caro pra nós.

Então, mesmo diante desse cenário, absolutamente, isso é outra pergunta que está muito bem registrada num vídeo que quem quiser aqui assistir está na Página da Colisão Negra por Direitos que é o vídeo, Vilma, que nós gravamos lá em 2019, naquele seminário que foi citado aqui pela Bel, em que o Edson Cardoso dá um tapa assim na gravação e fala, “Será que ninguém se pergunta? Será que ninguém se pergunta? Como é que nós chegamos até aqui, sendo o grande alvo da guerra institucional que é imposta sobre nós o tempo todo?”

Isso, então, do meu ponto de vista, desenha a importância do papel das lideranças políticas negras, do papel que esses grupos, que essas lideranças têm cumprido. Quando você ouve o relato da Matilde aqui, é de arrepiar, porque ela não está falando de 1900. Certo? Ela está falando do início do Século 21. Em que ela vai ocupar uma sala jamais ocupada por nós, como chefe de Estado que ela era, e não tinha cadeira. E como isso significa, de fato, começar e inaugurar processos. A gente tem inaugurado processos desde sempre, numa sociedade que não é feita, não é organizada para nós, que não é dividida pra nós. Essas perguntas que a Vilma lembrou aqui, desde a frente negra, passando pelo teatro experimental, ela se repete com palavras diferentes, no manifesto do MNU, que nós repetimos, tiramos uma frase pra usar no manifesto de 2020. Esse aqui, que está no fundo da minha parede. Aqui, eu enquadrei a página da Folha de São Paulo, é o mesmo desenho que está ali na parede da Vilma. Que é quando foi publicado em nível nacional no Globo e na Folha de São Paulo o texto, “*Enquanto houver racismo, não haverá Democracia*”, em que a gente repete a frase de 78, “estamos aqui para denunciar as péssimas condições de vida da população negra, da comunidade negra”. De maneira que nós — e eu me sinto honrado por isso, apenas tento com qualidade, com muita lealdade e reconhecimento continuar a luta desses todos que vieram antes, só pra não deixar de citar aqui uma figura, também, muito, muito importante que contribuiu muito com esse processo todo que Matilde inaugurou no Governo Lula, que é o Mário Teodoro. E que ele consegue trazer uma dimensão tão fundamental, porque diz-se por aí que a gente que assim, primeiro que a gente tem poucos quadros, o que não é verdade. A história mostra isso. E, segundo, que nós temos que falar só de racismo, como se racismo fosse um assunto de gaveta. Como se discutir racismo não fosse discutir o todo brasileiro. E aí, deste todo brasileiro que a gente está muito provocado a sempre ficar discutindo costumes, costumes, costumes, o Mário Teodoro acaba de lançar um livro, também, que é esse aqui, *Sociedade Desigual*, em que ele apresenta uma contribuição fundamental também do ponto de vista econômico. E eu termino, então, com uma frase dele aqui na contracapa do livro que ele diz o seguinte — e isso, gente, eu repito aqui pra que a gente possa valorizar, reconhecer e tornar pública as grandes lideranças que o Movimento Negro formou nesses anos todos em Mayer, Veríssimo e Silva

todas as dimensões. Mas eu estou falando aqui da política. Certo? “Elemento organizador da desigualdade no Brasil, o racismo foi a base da construção do país, segue sendo seu motor e a sua espinha dorsal. Este Brasil, como nós conhecemos no que ele tem de riqueza, não existiria sem nós e, no que ele tem de pavoroso, de horroroso, de pior da humanidade é dirigido para nós”. Então, é um país que existe pra arrancar de nós o que nós podemos produzir e para, na sequência, acabar com a nossa vida. E nós não podemos permitir que isso continue.

E é essa a nossa luta histórica, é essa nossa luta que a gente continua agora. Muito obrigado a Bel e a todo mundo aí.

## **BEL SANTOS MAYER**

**[Ibeac, LiteraSampa e GPDH/IEA]**

Obrigada, Douglas Belchior. Vocês estão tocando, além de trazer esses detalhes da história, trazer os nomes dessas pessoas, isso é muito importante, a gente está vendo aí as pessoas estão anotando, e é pra anotar mesmo, que são a nossa história, está cheia aí de nomes, de fatos, de pessoas que têm nos ajudado a chegar até aqui. Então, a gente está falando da construção, mas também, como a gente vai reconstruindo, retomando essas histórias.

E aí, a gente vai caminhar pra nossa segunda e última rodada para poder trazer – já foi nominada aqui várias vezes a Lúcia Xavier que vai estar aqui com a gente e nós vamos contar, e a mesa tem algumas novidades, essa nova rodada de conversas. Mas a gente falou aqui um pouquinho desse histórico. Vários documentos foram citados. Nós vamos ter um caderno, depois, publicado, em que a gente vai poder recuperar esses documentos que vocês estão citando aqui. Mas era interessante a gente ter, pelo menos, três minutos para cada um de vocês falarem, a partir de perguntas que chegaram aqui pra gente também. O que foi desmontado?

A gente tem ouvido falar de desmontes aí o tempo todo, mas há alguns desmontes que são cruciais, como aquele de cortar recursos para que as políticas possam continuar. E a gente precisa pensar na reconstrução dessas políticas, na retomada da democracia, onde é que a gente precisa centrar forças? Tem tanta coisa pra fazer, mas onde é que a gente vai concentrar as nossas energias. Assim como Matilde vem trazendo nesse histórico, “olha, naquele momento, precisava ir por aqui?”. Então, eu te pergunto, Matilde, nessa mesma sequência. Matilde, depois a Vilma e você, Douglas.

Matilde, por onde, assim, o que foi destruído? Já tem a questão da perda do *status* de Ministério, da CEPIR, mas há outros desmontes ainda, e aí eu vou juntar com uma pergunta que a Grace Oliveira, que é Assistente Social, encaminhou pra você.

Fala que “dado o aumento das desigualdades, a expansão da pobreza e a fome, e a sua experiência



neste enorme desafio de promover a igualdade racial. desse desenho de uma política. Quais os caminhos ou construções, na esfera governamental, serão prioritárias para essa sonhada inclusão da população negra no país. Para que nós sejamos considerados, nesse Brasil?”

Então, a Grace parece que estava aqui na organização, que é a pergunta é bem a pergunta que nós tínhamos já falado pra vocês.

## **MATILDE RIBEIRO**

### **[UNILAB]**

Vamos lá! Entrando na reflexão sobre desmonte, me lembrei de uma frase que faz eco na nossa vida nacional: “mal começou e já é ruína”. Essa frase é muito simbólica para nós começarmos a falar sobre o desmonte das políticas públicas e direitos sociais, nesse momento. A primeira coisa é que devemos entender a dinâmica institucional e política do Brasil. Isso leva muitos dias pra discutir, mas eu vou falar aqui, rapidamente: tem uma coisa na vida política que é a alternância de poder, isto é a alteração de grupos políticos no poder!

Nós vivemos de 2003 a 2016, o desenvolvimento de políticas democráticas e populares. Mas, ao final ocorreu o drástico impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e o Golpe de Estado. Todas as/os brasileiras e brasileiros foram golpeados, mesmo sem ter consciência disso. Saímos do processo de um governo que construía o caminho para a democracia popular, e, caímos na situação de comando político de um fascista, de extrema direita, com todo o autoritarismo que isso significa.

Considerando, inclusive, que Lula e Dilma foram eleitos, mas não tinham a totalidade do poder. Considerando que poder é uma situação impalpável e simbólica, mas é um motor de vida política institucional.

Lula e Dilma tinham uma parcela deste poder. Um congresso correspondendo, em termos de representação proporcional. No Congresso Nacional o poder de Lula era maior do que o de Dilma. Bolsonaro entra numa outra configuração, o Congresso Nacional (Câmara e Senado Federal) totalmente adverso às políticas inclusivas e à construção de uma democracia popular. Esse é o contexto.

Considerando esse contexto: o que já era difícil e intragável antes, ficou absolutamente impalpável – as respostas estão aí, na mídia, nos jornais, no cotidiano. O presidente atual comparou quilombola a animal, a coisa, quando disse que dava pra pesar por arroba. As cotas deixam de ser importância, porque o discurso oficial atual é o do mérito, a universidade pública é identificada como campo de construção de conhecimento dos brancos. Então, as cotas raciais deixam de ter importância. Também a Seppir, que foi construída a partir de minúcias, desde a cadeira, o telefone ao servidor público, a lei, ao programa, perdeu a

importância. Pouco a pouco, desde o golpe, essa estrutura foi desmilinguindo, chegando à condição de virar uma Secretaria Nacional que está dentro de outro ministério. Um órgão que já foi ministério, foi transformado em quase nada.

Os desrespeitos às necessidades da classe trabalhadora, estão dentro de um contexto de perda de direitos sociais, pobreza e pauperização. A negação da vacina para prevenção da COVID 19 demonstrou que o presidente, estava pouco se lixando para o que acontecia com a vida dos brasileiros e das brasileiras. Ainda mais quando as/os brasileiras/os eram pobres, negros, indígenas ou Trans.

Esse desmonte, não é só uma coisa assim: “já foi ministério deixou de ser”. Não, não é isso. Esse desmonte está baseado nesse campo político rapidamente, trouxe aqui. Baseia-se numa tese de que não há racismo no Brasil. Diante disso, a frase “Tão pouco tempo e virou ruína” deve nos levar a caminhos para a reconstrução, é esse o grande desafio? Mas, a reconstrução tem um sentido diferente do que foi em 2003, o positivo é que nós não estamos zerados. Hoje em dia, falamos de políticas de igualdade racial em âmbito nacional e internacional. Não só de igualdade racial, mas analisando o Brasil de maneira muito mais intensa do que era compreendido e falado antes.

Ser ministro ou ministra equivale a fazer umas três ou quatro faculdades, em termos de conhecimento da máquina pública. Não é pouca coisa. E, assim como a sociedade civil, a partir da experiência de Vilma e Douglas poderão dizer que o aprendizado foi também para a sociedade civil. Aprender a fazer projetos na estrutura do governo federal, aprender a monitorar políticas públicas, aprender a negociar com as autoridades... foi tudo um grande aprendizado. Um exemplo positivo foi a política voltada às empregadas domésticas (que foi construída desde 2003 e lançada em 2015) como um pacote de direitos trabalhistas equiparando-as aos demais trabalhadores, como reconhecimento de seu trabalho histórico. O que vale pro metalúrgico tem que valer para empregada doméstica, em termos de direitos.

Um dia, quando ministra, me dei conta de que as empregadas domésticas iam passar por um momento de negociação com o ministro do trabalho e o da previdência, em relação aos necessários avanços para a categoria. As domésticas eram lideradas pela FERNATRAD – Federação Nacional de Trabalhadores Domésticos, e eu fiquei pensando como poderia contribuir para o fortalecimento delas, para aquele importante momento. O que eu fiz? Saí de Brasília e fui pra Salvador almoçar com a Creusa Oliveira e as outras lideranças, pra discutirmos qual seria o melhor comportamento e priorização para aquela audiência com os ministros. Elas não eram pedintes, eram negociadoras. Então, *bora lá* negociar, trabalhar o que significa ser negociadora.

A Ministra Nilma Lino Gomes, fala do Movimento Negro Educador num livro bastante interessante. Nunca escrevi ainda sobre isso mas, quem sabe escreva sobre o papel de gestão

para nós negros, tem um quê desse Movimento Negro Educador, que passa por vários aspectos, negociar, elaborar, monitorar e, também, tem um quê do gestor público que educa e é educado. Foi por isso que eu fui a Salvador almoçar com as empregadas domésticas, momento em que nós refletimos a respeito de como encaminhar as negociações: “se o ministro falar tal coisa, você fala o quê? Se o ministro não compreender o que é prioridade, você faz o quê? Se ele disser não, você faz o quê?”

Voltando a refletir sobre o desmonte das políticas e dos direitos públicos, temos que compreender que tem por base a desconsideração da história de luta do povo brasileiro pelos seus direitos. E, a partir daí, reconstruir o caminho para a retomada dos direitos, significa retomar valores sociais coletivos sobre democracia.

O caminho para a reconquista de direitos é o fortalecimento da ação coletiva e o Movimento Social deve ser contundente nas negociações com a estrutura do Estado. Negociar não é necessariamente brigar, mas ser persistente nos propósitos políticos. Devemos entender que o PT, PSOL, PCdoB, e a construção da campanha do presidente Lula e do programa de governo são espaços políticos necessários e que temos sempre que apresentar e negociar o atendimento às reivindicações históricas do povo negro, destacando os posicionamentos das mulheres negras. Não são espaços dados. O nosso papel de liderança política é o de contribuir para a imprescindível reconstrução.

## **BEL SANTOS MAYER**

[Ibeac, LiteraSampa e GPDH/IEA]

Matilde Ribeiro, muito, muito obrigada por essa fala que é *tambor*. Aqui é só fala *tambor*, convocando a gente pra continuar. Vilma, vamos lá. Acho que Matilde já trouxe muito aí sobre essa reconstrução, e até toca numa pergunta que eu encaminho aqui pra você do Guilherme Miranda, que é de São Paulo.

Ele fala que recentemente ele leu *Um Militante Negro*, dizendo que Palmares foi, indiscutivelmente, a maior experiência de luta da população negra na história do Brasil. Mas, no entanto, ele diz, olhando todas as conquistas e lutas desde 1980, 2010 — aí ele faz referência à fala da Matilde, ele diz, “Será que nesses 40 anos, o Movimento Negro contemporâneo, a gente não esteja aí fazendo uma mobilização de igual força e potência? E aí diz, Vilma, pra onde que a gente vai? Pra onde que a gente vai? Você, Vilma Reis, onde é que você vai concentrar as suas forças e energia?”

## **VILMA REIS**

[Instituto Ceafro de Educação para a Igualdade Racial e de Gênero]

Agora rumo no tempo, Senhor de todas as batalhas e o Deus mais lindo. Salve, Cidinha da Silva. Que bom te ver. Já botei aí outro nome na sua literatura, *literatura das desobediências*. Que massa!

Mayer, Veríssimo e Silva

Olha, quero agradecer a pergunta do Guilherme, e dizer que estamos aqui e não é fácil todo dia. Mas, Guilherme, dizer assim que, olha a gente está falando aqui só de alguns capítulos da batalha. E Douglas falou aqui pra nós, que sem a construção e séculos de construções, enfrentamento, nós não teríamos chegado aqui. E ter essa noção de coletividade, pertencimento, processo de resistência é muito importante. Os três pilares que nos sustenta são ancestralidade, identidade e resistência. Isso, Guilherme, pra gente custa muito. Quando a gente toma, assim, o cuidado de lembrar, olha, pra Wilton Cobra fazer, “traga-me a cabeça de Lima Barreto”, ou quando Cidinha da Silva escreve sobre Um Exu, numa esquina de Nova Iorque, a gente teve — só pra lembrar, Cidinha, a gente teve que caminhar muito. Antes de Cidinha, Abdias Nascimento escreveu “Os Oriquis”, e outros e outras fizeram esses caminhos. No campo político, que mais a gente lê, assim, diretamente como campo político do embate nos espaços de poder, não é diferente. Pra nós chegarmos, em 2019, no Congresso Nacional, enquanto coalizão, de cabeça erguida e derrotar o pacote de crimes do Moro, foi necessário nós fazermos, muitas vezes, esse exercício, e num campo em que, às vezes, nós produzíamos num labirinto profundo, e num vale, num abismo tão grande que as pessoas nem conseguiam alcançar. Mas a gente começou essa tarde aqui dizendo, não tem movimento mais vitorioso. Não tem, porque chegarmos, diante da tentativa permanente, como nos diz Muniz Sodré, “de eliminação física, cultural” - e está lá, também, na tese de Jurema Werneck, *O Samba Segundo as Ialodês* olha, com tudo isso, nós chegarmos aqui de pé, não é fácil. Portanto, ter as imagens das representações hoje, das representações brasileiras — e eu queria dizer pra Guilherme, nessa resposta, só construindo, assim, essa imagem, porque a disputa semiótica pra gente é importante. Primeiro, que num debate sobre o desmonte da sociedade brasileira, nos últimos sete anos, em geral seria muito difícil nos espaços que Matilde, sabiamente, disse assim, “olha, a gente teve que passar por um letramento para usar *Zoom*, usar *Meet*, usar o que viesse pela frente.

É a *Microsoft* diz, “não ficou nada”. A gente foi pra tudo, e passou por um letramento, em dois anos. E quando a gente vê o *remake*, e a reapresentação das novelas, a gente sabe que tinha um mundo no Brasil que já acessava tudo isso, mas nós estávamos fora. Pois bem, é importante dizer que — só pra dar um comparativo de qual é a nossa situação, a Europa saiu entre 1945 e 1948 numa situação de fome e de desespero. E a Europa saiu do Mapa da Fome em 1948, por um pacto realmente de proteção, chamado *Norte Global do Mundo*. Nós saímos do Mapa da Fome, em 2014. Em sete anos, nós voltamos pro Mapa da Fome. Isso é desesperador para uma população, em sete anos. A gente está falando de uma experiência de setenta e quatro anos pra Europa. Europa tem setenta e quatro anos que saiu do Mapa da Fome. É esse o tempo da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Nós saímos e em sete anos voltamos de forma desesperadora, e é por isso que em livrinhos como esse aqui, nada inocente, a gente diz que há uma radical imaginação política das mulheres negras brasileiras. E essa imaginação radical é que fez, em muitos momentos, nós chegarmos aqui, e nós lembrarmos que mulheres como Mãe Estela de Oxossi, assim como

Mãe Beata de Iemanjá e outras, como a minha Ialorixá, Valnísia de Ayrá, elas nos ensinam e nos ensinaram o caminho pra nós chegarmos aqui.

Mas eu queria, dentro do aspecto político, que a gente lê como a política institucional de sistema político de representação, dizer o seguinte. Em 1986, a gente lutou para fazer uma bancada negra, uma bancada negra constituinte. A gente elegeu cerca de dez parlamentares, menos de dez parlamentares no país. Luíza Bairros e Luís Alberto foram a dobradinha. É isso que eu quero te falar, Guilherme, do tamanho do impacto que tem esse movimento, nosso movimento, os movimentos negros, o movimento de mulheres negras. Ali, a gente elegeu oito, no máximo oito. E, aí, Edson concorreu às eleições em Brasília, Benedita e Caó ganharam as eleições no Rio de Janeiro. Os daqui, Luiz Alberto ficou na suplência e só assumiu muito tempo depois. Hoje, quando a gente, diferente de nós estarmos fazendo um lugar aqui separado, em que pese nós estarmos enfrentando a brutalidade da violência política contra as mulheres negras, que fez com que Talíria Petroni, depois de se mudar seis vezes, não conseguisse ir votar, não tivesse as condições de segurança de votar.

Em 2020, em que pese a Áurea e a Carolina, nesse momento, se retirarem das eleições, Érica Malunguinho a se retirar das eleições. Nós, na Coalizão Negra por Direitos, no dia 6 de junho, na Ocupação Nove de Julho, lançamos pré-candidatura de setenta e uma pré-candidatas e pré-candidatos às assembleias legislativas. Trinta e uma pré-candidatas e pré-candidatos à federal e uma pré-candidatura ao Senado. Nós, agora, ampliamos isso pra muito mais. Estamos em quase duzentas. Nós temos comitês espalhados por todo o país e, aqui na Bahia, como em outros Estados, a gente está aqui no fundo desse panfleto de construção dos comitês. Nós temos aqui os nomes das candidaturas. Isso é inédito pra um país em que o poder branco e o poder junto que domina o poder do capital e que nos expõe ao absurdo de termos um Congresso Nacional com quinhentos e treze deputados e deputadas, só ter vinte e um negros, e ter Joênia como a única parlamentar indígena. Nós desafiamos esse país com o acúmulo da nossa luta para chegarmos com a bancada do Cocá e o Quilombo nos parlamentos, não tem volta. Isso que pra nós é o acúmulo da luta. Sem tudo que nós fizemos até aqui, não seria possível.

Hoje, quando a gente olha, e por que é tão importante esse debate no Instituto de Estudos Avançados da USP, e com a USP, pra dentro e pra fora, portanto, fazendo a revolução feita por mãe senhora do Iliaxé ao Porfujá, é uma revolução da porteira pra dentro e da porteira pra fora da universidade. Por quê? Porque a gente aqui faz o esforço de explodir todas as bolhas e conversar com a sociedade de forma muito mais ampla. E essa nossa conversa mais ampla é, tem vinte anos, que tem dez anos com autonomia universitária e mais dez anos, a partir da Lei 12.711, que a gente bota nosso povo nas universidades. Não é possível, num próximo ciclo de poder, que a gente fique como espectadora e espectadores, vendo os governos se montar. É isso que Matilde estava aqui dizendo pra gente da disputa, não podemos ver os governos se montarem. Nós estamos aqui e repetimos a frase que Luíza Bairros tomou

ali emprestado de Toni Morrison, “estamos preparadas”. E nós estamos aqui lembrando Érica Malunguinho, “quem anda de ônibus tem que planejar ônibus”. E nós estamos aqui dizendo, “no próximo ciclo de poder, nesse momento que não temos o MINC, a gente olha pra Bolívia, e nós queremos um Ministério das Culturas da Despatriarcalização e da Descolonização. Nesse momento, nós olhamos a pátria grande da América Latina e, com nosso espírito internacionalista, de esquerda, antirracista e anticapitalista, nos levantamos e falamos, “Ê, Lula, é a hora é a hora”, e a gente diz pra Lula, “Estamos aqui para, junto contigo, não sermos os beneficiários das políticas públicas, mas pra planejar o próximo ciclo de poder e libertação nesse país, com políticas públicas em escala, e com organismos de políticas de igualdade racial, diferente do papel de transversalidade, de 2003.

Neste momento, nós entendemos que com o acúmulo da CEPPIR e da SPM, nós precisamos que esses lugares sejam lugares de políticas finalísticas, e não nos basta estarmos nesses dois ministérios. Nós fazemos a batalha para, ao levantar o Brasil dos escombros, nós sermos considerados como sujeitos de pensamento, sujeitos políticos. É assim que a gente intervém e faz alteração. Viva nós, viva as águas, viva tudo que nos trouxe até aqui, e não haverá nada sobre nós sem nós. E lembrando Bené, e o Poeta, “quando derem vez à quebrada, o morro, toda cidade vai cantar”. E esse país vai cantar.

## **BEL SANTOS MAYER**

### **[Ibeac, LiteraSampa e GPDH/IEA]**

Ê, Vilma Reis, obrigada, mais uma vez, por nos ajudar a trazer esse debate pra dentro e pra fora. Obrigada, por ter topado estar aqui conosco. Nós sabemos bem como está a agenda de vocês três. E a sua e a do Douglas, muito mais intensa.

Douglas, então, sem demora, eu vou te passar aqui uma pergunta do José Amilton. Ele é um colaborador do *Notícia Preta*. E aí ele fala, “A Matilde destacou Os direitos da população quilombola, o quanto isso avançou, a partir de 2003, graças ao Decreto 4.887. Vilma citou aqui, agora, esse censo que está acontecendo”. E aí, ele te pede, “como você pode avaliar e o que teve de rupturas e continuidades, a partir do governo Lula”. E aí você já vai fechando, porque eu sei que você tem que pular pra uma outra agenda. A gente tem aqui Lucia Xavier, Cidinha da Silva e Maria das Neves pra continuar essa conversa com a gente, até às cinco e meia.

## **DOUGLAS BELCHIOR**

### **[Uneafro Brasil]**

Obrigado, Bel.

Oi, Cidinha, oi Maria das Neves, tudo bem com vocês? Uma pena não poder ficar em seguida para ouvir o papo entre vocês com Lúcia. Muito prazer estar com vocês aqui.

Bom, o rompimento foi absoluto, total e ele foi anunciado antes das eleições. Então, o Bolsonaro anunciou o que seria o seu governo e ele cumpriu. Talvez ele tenha sido, talvez o Bolsonaro seja o político mais sincero da história brasileira, no exercício das suas atribuições, porque ele não apresentou nenhuma novidade, não surpreendeu ninguém e aproveitou, e aproveita para promover uma situação que, no caso brasileiro, um país com a herança que nós temos, com uma forte presença africana dos seus descendentes e com uma forte miscigenação. Uma mistura de povos, na profundidade como a que a gente tem no Brasil, e que gera uma população imensa de pessoas que são frutos dessa mistura, somada à negação política de discussão sobre o significado do racismo, e os seus resultantes sociais, pessoas negras sempre foram colocadas, pelos setores das classes dominantes, em lugares de execução de determinado nível de poder, também para gerar confusão entre nós. Também para gerar discussões que atrapalham o avanço do debate racial no Brasil.

Então, além de o governo promover ou defender ou colocar em prática uma postura política de negação dos direitos aos povos tradicionais, aos quilombolas, aos povos originários, porque a terra é um elemento do debate político muito importante pra direita histórica, pras elites brasileiras, visto aí a negação histórica da prática da reforma agrária e o papel do agronegócio, inclusive nessa nova dinâmica do conservadorismo, nos últimos anos no Brasil. Então, os direitos fundamentais, culturais e históricos, garantidos, inclusive, na Constituição de 88, para povos originários e quilombolas, foi colocado como alvo a ser atacado por esse governo. Então, ele rompeu com toda a dinâmica de avanços de possibilidades que o governo Lula, e depois Dilma, implementaram. É óbvio que uma coisa é governo, outra coisa é partido, outra coisa é movimento.

Eu fui educado numa escola política que separa direitinho cada coisa. Um movimento social, ele propõe uma agenda ampla daquilo que os movimentos acumulam e que acham ideal, um ideal a ser atingido. Os partidos organizam as demandas de todos os segmentos num programa, e o governo, ele espelha as aspirações de um programa partidário, a partir da correlação de forças, dentro de quatro anos, que é o tempo que se leva governando no Brasil. Então, é muito diferente o exercício e, também, são diferentes os resultados, a partir do que cada setor espera.

Eu, enquanto movimento, posso olhar pra experiência dos governos Lula e Dilma e dizer, em vários setores pode se dizer isso, eu posso dizer, “Poxa, avançou bastante a agenda quilombola”. Poderia ter avançado mais? Poderia. O que veio depois? Um retrocesso absoluto. É o que nós vivemos. Inclusive com a ocupação do espaço por pessoas negras para gerar confusão entre nós. Eu estou falando da Fundação Palmares e do Camargo, como gestor da Fundação Palmares. A CONAC acabou de promover um grande encontro nacional histórico, também, de quilombolas, em Brasília, que foi o Aquilombar. E colocou ali na sua carta-documento as suas aspirações para o que eles chamam, também, de reconstrução, mas a partir do pressuposto das necessidades dos quilombolas, apontando avanços. Apesar da conjuntura, o avanço do censo, mas a grande necessidade de observar que territórios quilombolas são o elemento importante a ser observado,

no próximo governo. De que os ataques do agronegócio, os interesses do agronegócio atingem, também, as comunidades e as populações quilombolas no país inteiro, de que a Amazônia é negra e precisa ser vista assim. De que são milhares de quilombos, são seis mil quilombos no Brasil, e muitos estão na Amazônia. E, quando se faz a discussão sobre clima no Brasil, sobre emergência climática, o debate quilombola não aparece, na medida e na proporção e na importância e na gravidade que tem. Então, se cobra muito uma discussão também nesse lugar. A Amazônia, quando pega fogo, quilombo também queima.

Quilombolas e a sua presença, e o seu direito à terra e à titulação, também mantém floresta em pé. Também garante proteção. E, em relação a esse debate climático, tem uma importância grande. E eu acho, eu acredito e trabalho para que num próximo governo o debate sobre quilombos, os direitos dos quilombolas alcancem outro nível.

Eu quero agradecer à Bel, pela oportunidade, e falar aqui, mais uma vez, do meu respeito, especialmente a essas figuras que vocês convidaram aqui, para essas duas mesas. A Lúcia Xavier, a Cidinha, a Maria das Neves que vão inaugurar uma nova mesa agora. e a essas duas professoras, pra mim, inspiradoras da luta no Movimento Negro, a Vilma Reis e a Matilde Ribeiro. A Coalizão negra colocou, agora por último, como última grande ação, essa iniciativa do quilombo nos parlamentos. E a gente espera, e espera de cada um aqui o apoio radical a essa iniciativa. A gente precisa eleger bancadas do Movimento Negro no Congresso Nacional e nas Câmaras Estaduais e continuar avançando pra esse campo, até alcançar uma participação em quantidade maior, mas, também, politicamente num espaço de autonomia. Porque, eu dou um exemplo, aqui. Todo mundo ficou abismado. Vou falar do nosso partido aqui, meu e da Vilma. Porque o índice de participação de candidaturas negras da última eleição pra essa, dobrou. Dobrou. E nós conquistamos avanços na regra eleitoral que garante recurso, espaço, em que pese todas as dificuldades pra fazer isso valer. São conquistas nossas. Então, o que eu imagino e o que eu enxergo, e termino com essa imagem.

O avanço da população negra, das lideranças negras, também no campo da política e ocupando lugares importantes dentro dos partidos e em espaços de poder é como um *tsunami* chegando na praia. Não tem pra onde correr. Você vai correr, mas o *tsunami* vai te pegar. Isso não tem volta. E a gente vai inundar esse Brasil com pessoas negras ligadas ao Movimento Negro. Também nos espaços de poder. Muito obrigado.

## **BEL SANTOS MAYER**

**[Ibeac, LiteraSampa e GPDH/IEA]**

Obrigada a você, Douglas Belchior. Força e sucesso pra você, pra Vilma Reis aí, nessa campanha que já começou faz tempo. E muitíssimo obrigada, Matilde Ribeiro. Tem um monte de perguntas que chegaram aqui pra vocês, principalmente pra Matilde. Então, agradecer Aline Gimenez Monte pelas perguntas. Também a Karina de França Silva Vale. O que nós vamos



fazer: encaminhar as perguntas para dentro da possibilidade de eles responderem e, aí, reforçar que a gente vai publicar um caderno com as falas. É que aí demora. A gente vai transcrever, mandar para aprovação, que aí às vezes na fala a gente se empolga, fala, “mas não era tudo isso que eu queria dizer”. E aí, a gente vai ter essas reflexões pra gente continuar esse debate.

Muito obrigada pela generosidade de vocês três, de recuperarem documentos, indicarem livros. Isso é muito generoso. Aqui tem muitos jovens em processo de formação, e alguém falando aqui, “que bonito poder ver isso de uma quilombola que fala: “você parece com a minha mãe “. E a gente que está acompanhando gente jovem aqui dizendo que se percebe, “fazendo parte dessa família” que está aqui hoje trazendo esse debate sobre a construção e desmonte e a reconstrução dessas políticas.

Muito obrigada. E a gente vai passar agora pra próxima rodada. Bons trabalhos. Podem continuar aqui com a gente. Douglas falou que não poderia ficar. Matilde, Vilma, se puderem continuem aqui. Eu vou passar pra Livia e antes explicar. Vocês ouviram aqui algumas pessoas falando de Cidinha, renomeando, nomeando aqui a Cidinha. A Cidinha da Silva não estava, inicialmente, presente nessa mesa, mas a gente teve hoje a notícia da Elisa Rodrigues, que teve aí um problema de saúde, infelizmente não pôde participar conosco. E aí, rapidamente, esse nosso quilombo é grande. Então, a gente começou assim, vamos chamar alguém mais pra vir. A gente queria ter trazido o aspecto da literatura, que a Cidinha participa de muito mais coisas, como vocês vão ouvir aí no currículo dela. E aí a gente entrou em contato, e Cidinha, muito gentilmente, falou, “olha, como é virtual eu consigo”. E chegou aqui cedo e está acompanhando essa conversa e, também, a deputada Leci Brandão. Ela nos avisou há dois dias que ela não teria a possibilidade de participar, mas aí combinou que nós poderíamos ter alguém da assessoria. E aí, a Livia vai apresentar os currículos e a gente vai continuar essa nossa conversa e chamá-las pra roda. Por favor, Livia.

## **Exposições (Rodas de Conversa)**

**RODA 2:** Cidinha da Silva, Lúcia Xavier, Leci Brandão  
e Maria das Neves Filha

**Mediação:** Livia Santiago Moreira

### **LÍVIA SANTIAGO MOREIRA**

**[Unicamp, GEPEF e GPDH/IEA]**

Obrigada, Bel. Estamos todas já aqui, profundamente afetadas, pela potência dessas vozes que vêm de longe. Agradeço a partilha, e para dar início a nossa segunda rodada, eu recupero a máxima da ativista Angela Davis, “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Então, nós teremos a felicidade de chamar três mulheres inspiradoras.

Lúcia Xavier, Assistente Social, ativista dos Direitos Humanos, co-fundadora e coordenadora geral da Organização Social Crioula, que desenvolve ações na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras, produzindo estudos e pesquisas sobre as condições de vida das mulheres negras e o enfrentamento do racismo religioso, além do monitoramento das políticas públicas. Lúcia, dá um oi pra gente.

### **LÚCIA XAVIER**

**[Organização Social Crioula]**

Oi, pessoal, boa tarde. Prazer estar com todos vocês aqui. Prazer ver Matilde, Vilma, Cidinha, Douglas e claro, Bel, você. Tantos anos que a gente não se encontra e a sua convocação. O seu pedido foi uma convocação. Estamos aqui pra fazer essa conversa.

### **LÍVIA SANTIAGO MOREIRA**

**[Unicamp, GEPEF e GPDH/IEA]**

Boa tarde. Obrigada, Lúcia. Temos aqui, também, a presença de Cidinha da Silva, que é graduada em História pela UFMG. Também escritora, dramaturga, editora, atuou no Geledés Instituto da Mulher Negra, durante treze anos, foi diretora da instituição. E, dentre os temas trabalhados, se destacam, a cultura, as relações raciais, gênero, educação e juventude. Em sua militância, entre tantas atividades, participou da construção das marchas Zumbi dos Palmares em 95, e mais dez em 2005, realizadas em Brasília. Além da preparação da Terceira Conferência

Mundial Contra o Racismo, e sua ação em 2001, em Durban, na África do Sul. Fundada em 2005 o Instituto Canzi, do qual Cidinha da Silva é uma das fundadoras. Editou as obras *O Caminho dos Matriarcas* e *Eu Sou Atlântica*, sobre a trajetória da vida de Beatriz Nascimento. É, também, coautora de livros e autora de diversos artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros. É premiada pela Biblioteca Nacional, em 2019, com o livro de contos que já foi citado aqui, *Um Exu em Nova Iorque*, além de tantas outras conquistas.

Cidinha, dá um oi pra gente. Que bom te ter aqui.

## **CIDINHA DA SILVA**

**[Escritora]**

Obrigada! Ei, gente, boa tarde, uma alegria estar aqui, atendendo esse chamado da Bel. O que tem de mais importante aí, Lívia, nas coisas que você falou a meu respeito, são meus livros. É isso que eu convido as pessoas para conhecerem, o que tem de mais importante.

## **LÍVIA SANTIAGO MOREIRA**

**[Unicamp, GEPEF e GPDH/IEA]**

Obrigada, Cidinha. E temos aqui também Maria das Neves Filha, que é mulher, negra, feminista, antirracista, ex-diretora da União Nacional dos Estudantes, é Secretária Nacional do Conselho Nacional de Juventude. Graduanda em Direito, membro da União Brasileira de Mulheres da União Nacional dos Negros e Negras pela Igualdade, e Assessora da deputada estadual Leci Brandão. Então, fomos brindadas com a presença da Maria das Neves Filha, aqui com a gente, em algum momento que o imprevisto se torna realmente uma alegria. Dê um *oizinho* pra gente.

## **MARIA DAS NEVES FILHA**

**[Assessora da Deputada Estadual Leci Brandão]**

Lívia, querida. Muito obrigada pelo carinho, pela atenção com que nos recebeu nesse debate.

Bel, nós temos aqui uma carta da deputada, também, que logo lerei a todos e todas, mas dizer que, enquanto uma mulher negra, acredito que talvez a mais jovem nessa nossa roda ancestral, me sinto, nesse momento, abençoada e carregada dessas energias e desses ensinamentos que nos trazem até aqui. E se a gente tem uma certeza que essa nossa luta, como disse o Douglas, ela não pára, ela continua, porque são gerações e gerações de meninos e meninas negras que hoje, no Brasil, se reconhecem negros e negras, e carregam a nossa luta contra o racismo estrutural da sociedade brasileira pra que a gente, de fato, consolide a nossa jovem e necessária democracia.

Uma honra estar aqui nesse debate com vocês. Muito obrigada pela oportunidade.

**LÍVIA SANTIAGO MOREIRA****[Unicamp, GEPEF e GPDH/IEA]**

A honra é nossa. Então, eu já passo para a primeira questão para Lúcia. A gente vai começar com você, Lúcia. Com mais de trinta anos de luta e enfrentamento às ações racistas do estado brasileiro. A gente gostaria que você compartilhasse conosco a sua experiência de ativismo, engajamento.

Nessa experiência, quais são os recursos que foram os mais eficazes pra avançar na luta antirracista e promover o bem-viver.

**LÚCIA XAVIER****[Organização Social Crioula]**

Super obrigada pelo convite. Acabei não agradecendo essa possibilidade, sobretudo, de compartilhar esse momento aqui, agora, com vocês e, também, de trazer elementos que são fundamentais para olhar nossa trajetória como mulheres negras, na luta por direitos, e como nós realizamos, trabalhamos para isso. Então, nesses trinta anos de Crioula, ele se confunde, também, com a trajetória dos movimentos que vêm de muito mais tempo do que nós mesmas. Mas, vamos cumprir um papel político importante, em uma fase dessa constituição de movimento que pede outras qualificações.

Então, eu costumo sempre trazer, como um exemplo da ação política das mulheres negras, aquilo que vai formar a primeira geração de mulheres na atuação política, no modo contemporâneo de vida, que são as domésticas. Elas levaram quase cem anos produzindo diferentes pessoas que somos hoje, para que a gente pudesse agir, politicamente, em torno dos nossos direitos. Elas negociaram trabalho, negociaram formação, negociaram condições de vida, para que essa primeira leva de mulheres, que hoje têm entre sessenta a oitenta anos, pudessem estar à frente de outras articulações e de outras possibilidades. Sem isso, certamente, nós teríamos tido muita dificuldade de enfrentar o que enfrentamos até hoje, na sociedade brasileira.

Essas mulheres, então, elas vão ter um papel fundamental na constituição de uma estratégia de formação, de entrada no mercado de trabalho de melhor qualificação, e de maior condição de salário, de renda, diferente daquela que elas viviam e que, de certa maneira, se repete até hoje. Trazendo para nós, então, uma qualificação especial. Então, elas vão produzir pessoas que têm mais capacidade de concorrer no mercado, mesmo no mercado fechado, como é o mercado de trabalho brasileiro, até hoje. Mas, ao mesmo tempo, com uma consciência sólida da necessidade de mudança do *status quo* que a sociedade produzia.

Esse grupo, você pode olhar isso, Sueli Carneiro, Nilza Iraci e várias outras mulheres, Edna Roland e várias outras, que vão se projetar como lideranças políticas e, também, vão, de certa maneira, pensar qual é a melhor estrutura de organização das mulheres, visto que aquela anterior não se esgotava, mas precisava dar um passo adiante.

Quando eu destaco as domésticas, eu não estou esquecendo os outros setores, porque, a maioria delas, estavam nos terreiros, nas igrejas, nas confrarias, nas escolas de samba, em todos os níveis de organização das mulheres na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, vislumbrando novos caminhos. Escrevendo, cantando, pintando, se produzindo arte, produzindo saber, produzindo comunicação, informação.

Essas mulheres, então, não perdem o seu valor político porque, basicamente, é a nossa ancestralidade que nos informa, diz pra onde vamos, como vamos e de que forma vamos, mas deixa nas nossas mãos um novo processo. Esse processo, a partir da ideia original de que era necessário alcançar a igualdade de direitos. Igualdade de direitos, cabe lembrar, é uma premissa política fundamental pra democracia, mas é mais do que isso, algo a ser perseguido por diferentes grupos, em torno de sociedade como a nossa, onde as desigualdades, onde a discriminação, em razão das condições sociais, econômicas, políticas, raciais e de gênero, se fazem presente, onde o jogo do poder estabelece que esses grupos são inferiores, que esses grupos não têm condição de partilhar dos bens e serviços, das decisões de um país como o nosso.

Essas mulheres, então, começam a desenhar, não só as estruturas do que é necessário para o diálogo da construção da igualdade, mas elas vão aprender as ferramentas que são necessárias para isso, elas vão aprender ler as estruturas do Estado, elas vão aprender ler a legislação, elas vão aprender a fazer legislação, elas vão aprender a construir políticas públicas, dentro de um contexto de diferentes interesses, de diferentes ordens, para fazer valer o direito da população negra. Daí, se você olhar, nos últimos trinta anos, e eu diria muito mais que isso, há um esforço político dos movimentos negros e de mulheres negras, na construção de políticas que vão estabelecer distintas condições de igualdade, de acesso a direitos, de acesso a serviços. Temos aí, inúmeras propostas de políticas públicas, mas eu diria que é exatamente no século passado que as coisas começam a mudar, efetivamente. Não no sentido concreto da questão, mas, no sentido simbólico. É com a Constituição de 88 que essa ideia de igualdade se conforma, como parte do pacto social estabelecido pela Sociedade Brasileira, e é também ali que a gente ganha fôlego pra poder, então, constituir políticas que não se relacionam só com o acesso a direitos ou ao fim das desigualdades, mas também, da afirmação da nossa condição de sujeitos de direitos e de sujeitos políticos, que querem interferir nos rumos do país. Tomar decisões sobre esse país e levá-lo a, ao fim e ao cabo, a um tipo de sociedade, de nação, que permita a existência de diferentes grupos, a existência de diferentes grupos raciais, e que possam gozar dos mesmos direitos.

Eu diria, então, que mulheres negras nunca tiveram pensamento simples. Elas têm um pensamento muito complexo, e elas são capazes de, num único modo de agir, incluir diferentes grupos, independente das condições que esses grupos têm ou mesmo das adversidades que esses grupos criam para essas mulheres. Então, pensando nessas distintas questões, mulheres vão construir políticas que não visam só o enfrentamento do racismo, mas também, da qualidade de vida que precisamos ter para a constituição de uma sociedade mais saudável. Se você olhar a política

nacional de saúde da população negra, você vai ver que ela se oportuniza do pensamento vigente no campo da saúde, da igualdade, da equidade, da integralidade e da universalidade, mas, ao mesmo tempo, traz uma estrutura nova de reforço à capacidade de olhar os determinantes sociais em saúde para compreender como seria, e como é necessário incorporar as distintas condições sociais para a saúde da população, de um modo geral, e da população negra, de modo particular. Elas também vão pensar em políticas voltadas para as mulheres que não afetem só os problemas que elas enfrentam, mas que possam promover desenvolvimento, capacidades e novas habilidades, possibilidades de tomada de decisão e participação no poder e, ao mesmo tempo, dar àquelas mais vulneráveis a capacidade de poder, também, interferir nesses processos.

E eu creio que essas distintas perspectivas não foram feitas de maneira tão fácil, assim, como eu estou falando aqui agora. Ela é resultado de muita luta, de muito trabalho, de muita discussão, de muito aprendizado, de muito ensinamento. Porque, essa perspectiva que falava Vilma, do caráter educativo da sociedade brasileira contra o racismo, coisa que, particularmente, não me agrada, é parte desse processo de reeducar a sociedade, para compreender que as relações raciais não pode servir como peso para redistribuição das riquezas, para a redistribuição dos bens e serviços, como se fosse só um problema de entendimento, quando, pra mim, é um problema político. É uma decisão política que dado setor retira direitos ou constitui relações tão violentas, sobretudo para a maioria da população negra, sem que isso cause nenhum prejuízo para a sociedade como um todo. Então, nesse sentido, eu creio que as mulheres negras, também oferecem uma solidariedade, um acolhimento, quase que uma irmandade, apresentando todo o seu patrimônio à disposição dessa sociedade, para que ela fique mais solidária, para que ela fique mais justa, para que ela tenha um empenho em relação aos processos democráticos, aos processos de cidadania e de liberdade, com muito mais fôlego, com mais pertinência, com mais condição de existência.

Só que o nosso trabalho, também é duplo. Porque, como vocês sabem, o racismo, como ideologia, nos afeta diretamente. Ele não é algo que só constitui a adversidade ou uma contraposição entre um grupo e outro. Se nós não fôssemos afetados pelo racismo, essa sociedade não era o que é hoje. Ao contrário, ela seria uma sociedade que, de alguma forma, os conflitos levariam a um outro tipo de condição. Mas, porque nos atinge, profundamente, somos obrigadas, também, a trabalhar internamente para que esses efeitos negativos do racismo desapareçam da nossa comunidade, e que ela se sinta fortalecida, pronta a alçar seus direitos, a incorporar uma nova dinâmica na sociedade em que ela vive, e que seu sofrimento, suas angústias, seus medos, a violência que sofre, a subordinação a qual está submetida, seja erradicada. Então, nesse sentido, nós sempre buscamos atuar, aí, sim, de modo educativo, solidário, para que essa população enfrente esse problema.

Eu começo com as domésticas, e termino com elas, não necessariamente porque elas são um problema pra nós, mas, ao contrário, elas são a representação do que é uma mulher negra,

num país como o nosso, em qualquer nível onde ela esteja, em qualquer posição política, ela é tratada negativamente, mas, ao mesmo tempo, ela se apresenta como potência, como alguém que inspira uma nova sociedade, como alguém que traz, no bojo da sua ação política, um novo modo de pensar o padrão de civilidade, o novo modo de pensar as relações da sociedade, um novo modo de pensar a vida humana. Porque elas acabam, na sua presença, questionando os valores concretos do que sejam as relações numa sociedade como a nossa.

Daí, então, o destaque que eu faço agora, é da Marcha de 2015. A Marcha das Mulheres Negras, de 2015, que trouxe a Brasília mais de cem mil mulheres, e que, não só traz uma carta reivindicatória analítica da sua condição, mas diz que é necessário a mudança de um padrão de civilidade, para que essa sociedade encontre outros parâmetros. Então, hoje, quando discutimos a perda de direitos, quando nós discutimos o enfraquecimento daquilo que se acredita ser a democracia brasileira, mulheres negras, já em 2015, apontam caminhos necessários para que esses processos mais complexos, numa sociedade como a nossa, sejam mais fortes, mais permanentes, e que tenham, de fato, valores que sustentem essas relações que a gente tanto quer. E é nesse sentido que a nossa história, como organização de mulheres negras, se confunde. Somos parte e produto dessas relações políticas, criadas na sociedade brasileira, a partir do movimento de mulheres.

## **BEL SANTOS MAYER**

### **[Ibeac, LiteraSampa e GPDH/IEA]**

Muito obrigada, Lúcia. Que alegria, viu? Te reencontrar, mesmo aqui pela tela. Obrigada por nos trazer essas reflexões sobre esses novos padrões de civilidade. E nos chamando para o que a gente tem que olhar. E aí, partindo de você, vou fazer uma pergunta pra Cidinha, porque a gente tem discutido sempre esse lugar humanizador da literatura. Também, quando essa não é, necessariamente, a intenção do autor. Mas a gente que toma a palavra, faz dela, seja ela no gênero crônica, poesia, prosa – faz dela, uma possibilidade de humanização e de construção de outros padrões.

E você, Cidinha da Silva, vou chamar aqui Cidinha para responder. Você publicou dezenove livros. Quando foi apresentada a sua mini bio, você falou: “é a coisa melhor que eu sei fazer”. São dezenove livros ou talvez vinte, vai saber, quando você responder, você atualiza. E, em diferentes editoras.

Você já disse em uma entrevista, que os processos de negociação com as editoras bem-estabelecidas no mercado, e com muito poder de fogo, são longos, delicados e detalhados. A sua literatura, os leitores e as leitoras dizem que a sua literatura conjuga o ativismo com a literatura. Mas, recentemente, em outra entrevista pra o grupo de jovens Encrespad@s no Caderno Emília, você disse: “o sistema literário procura construir cercadinhos que nos enjaulam, ou seja, os outros criam a nós, escritoras negras, relegados temas, enfoques específicos, causas, lutas identitárias, uma série de rótulos e acantonamentos, em detrimento da liberdade criativa”.

Então, a nossa pergunta pra você: Como é que as políticas de igualdade racial podem alterar o funcionamento dos mercados editoriais? Como é que você entende que podemos construir mais vias para as vozes negras serem ouvidas, escritas, publicadas?

## CIDINHA DA SILVA

### [Escritora]

Está bom, Bel. Obrigada! Eu penso que as políticas de igualdade racial, elas têm se segmentado, também, seguindo as várias especializações que a gente tem construído. As especializações, as expertises que a gente tem construído. Quando você pensa, por exemplo, um Plano Nacional de Cultura Negra que foi elaborado na gestão antes do golpe, em 2013/2014, que é o único que foi publicado e disseminado em PDF. A gente não tem um livro físico, como a gente tem de outros planos de cultura, igualmente importantes. A gente tem lá várias áreas. Tem as religiões de matriz africana, tem a literatura e diversas outras, porque a gente tem conseguido pensar nessa linha da especialização, da expertise que é necessária para que a gente proponha políticas efetivas. E aí, me parece que é um dos pontos, sobre os quais a gente precisa se deter e, também, se insurgir: é essa ideia genérica de cultura negra, que desconsidera aquilo que as pessoas têm produzido de mais focado, de mais específico na sociedade civil, nas universidades, nos grupos culturais e artísticos. Então, me parece que é muito importante ouvir. Aqui, a gente teve mais cedo duas pessoas da Coalizão Negra por Direitos, e temos a Lúcia aqui, também, agora, e a Coalizão tem tido um empenho muito grande de propor uma série de ações nos campos, nos quais as pessoas atuam.

Então, a gente não vai chamar a Lúcia Xavier que é uma ativista respeitadíssima e que tem uma série de acúmulos, para falar, especificamente, sobre literatura que, até onde eu sei, a Lúcia tem dezenas de predicados, mas a literatura não é uma especialidade dela. Então, a gente não vai chamar a Lúcia Xavier pra isso. Como a gente não vai chamar Bel Santos Mayer pra falar de questões da área de saúde da mulher negra. Bel também, tem diversos predicados. Tem essa vivência particular com as suas questões, com as questões da família etc, mas não é um campo específico, uma área específica de atuação da Bel. E, há algum tempo, e ainda hoje, a gente vê um pouco disso acontecendo, como se as pessoas negras fossem coringas, as pessoas e, às vezes, as instituições, também, fossem coringas, que pudessem ocupar qualquer espaço e falar sobre qualquer tema, que seja relacionado às pessoas negras. E não é assim, a gente não deve aceitar esse lugar.

Agora, em campanha eleitoral, por exemplo, eu tenho recusado alguns convites, porque as pessoas precisam - as pessoas, instituições, os grupos - precisam procurar as pessoas que são especialistas naqueles temas, que estão atuando ali, naqueles temas específicos e produzindo o que precisa ser ouvido e o que precisa ser incorporado pelas políticas públicas. Eu vi, por exemplo, esses dias, um anúncio de uma reunião que vai preparar, queria preparar insumos para o Plano de Governo, desse governo que a gente vai eleger, do Presidente Lula. E aí, eu via algumas personalidades negras sendo chamadas, tendo seus nomes divulgados. E a gente fez isso na área da literatura,



do livro. A gente fez esse livro aqui (*Africanidades e relações raciais: insumos para políticas públicas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil*, 2014), que você se lembra bem. Um livro que foi feito, porque o Plano Nacional de Literatura e suas cerca de trezentas páginas, não falava nada, nem uma linha sobre relações raciais, sobre africanidades, numa perspectiva das políticas públicas de bibliodiversidade. Numa perspectiva bibliodiversa. Então, a gente fez esse livro aqui que tem quatrocentas e duas páginas falando só disso. A gente tem aqui quarenta e oito autores propondo políticas públicas para cada área do *Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas no Brasil, na Perspectiva de Africanidades*. E esse livro é solenemente ignorado. Solenemente ignorado por gente do nosso campo. Então, é uma eterna, mais do que reivindicação, exigência do que o que a gente faz seja lido, seja ouvido, seja considerado. E a gente não vê isso acontecer. Eu olho com um certo temor, é verdade, que nós temos uma situação que é uma situação de terra arrasada. Então, as coisas precisam todas ser refeitas, ser reconstruídas, ser repensadas. Mas, a partir do que a gente já fez, como Vilma Reis chamava atenção mais cedo e Matilde Ribeiro chamou atenção, também, a partir do que a gente já fez, e isso pode e deve ser melhorado. Mas não é reinventar a roda. Quando eu vejo uma reunião como essa que desconsidera esse livro aqui, que a gente não pleiteou isso, mas a CAPES considerou como um livro de referência. A gente não pleiteou isso, a gente foi avisado pela CAPES. Quando nos indagaram se o livro era um livro de referência. E aí, as pessoas simplesmente ignoram a existência dele, tudo que está proposto aqui. Então, eu acho que esse é um caminho necessário de insistir naquilo que a gente já produziu. A gente dizia lá atrás, em 2005, nos 10 Anos da Marcha Zumbi dos Palmares, Pela Cidadania e Pela Vida, que a gente não precisava mais de diagnósticos. Os diagnósticos estavam feitos, a gente precisava das políticas e que as políticas fossem construídas, a partir desses diagnósticos, desses mapeamentos que nós já fizemos. E nós vimos fazendo e que temos disseminado largamente. E a gente observa sempre, com muita preocupação, esse tipo de atuação política, que é uma atuação da heroificação, da personificação da mudança ou da suposta mudança. E a gente já fez tanta coisa, e essas coisas precisam ser aproveitadas, precisam ser a base disso que nós estamos chamando de reconstrução. É o que me ocorre, assim, pra dizer, inicialmente.

**LÍVIA SANTIAGO MOREIRA**

**[Unicamp, GEPEF e GPDH/IEA]**

Cidinha, muito obrigada.

E eu acho que esse comentário preciso, a gente tem que ter como referência. Os diagnósticos, eles já estão feitos. Agora, os desafios são isso que a gente está conversando aqui, das implementações das políticas de como furar o racismo institucional.

Muito obrigada. Eu quero ouvir agora a Maria das Neves Filha, que acho que a gente podia começar com a carta, Maria das Neves. Estou doida pra te ouvir, também, a partir da sua trajetória. Mas, conta pra gente o que você já preparou aqui pro nosso encontro?

Mayer, Veríssimo e Silva

**MARIA DAS NEVES FILHA****[Assessora da Deputada Estadual Leci Brandão]**

Com certeza, Lívía. Obrigada, mais uma vez, pela oportunidade. Em nome da Deputada Estadual Leci Brandão, agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês nessa tarde e ouvir falas tão potentes, ancestrais que nos inspiram. Eu vou compartilhar, nesse momento, Lívía, com todos e todas que nos acompanham com essa mesa incrível, Bel. A carta enviada pela nossa querida Deputada Estadual Leci Brandão, que não pôde estar conosco, nesse momento, em decorrência das agendas de campanha que já estão a todo o vapor.

Mas que, em decorrência da importância desse debate, a deputada fez questão de registrar aqui, em carta, que eu vou compartilhar, também, para que fique na memória, nos anais desse evento, com vocês, Lívía.

Então, vejam bem.

“Amigas, amigos, companheiros e companheiras de caminhada. Primeiramente, quero dizer da minha gratidão pelo convite que recebi do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Memória, do Instituto de Estudos Avançados da USP. Convite este que chegou até nós, através da Bel Santos Mayer.

Pra mim, é uma honra ter sido convidada para participar de um debate ao lado de pessoas tão queridas e importantes na luta antirracista e que eu admiro tanto. Como Matilde Ribeiro, Douglas Belchior, Ivair Augusto dos Santos, Elisa Lucas Rodrigues, Lúcia Xavier e Vilma Reis.

Não posso estar ao vivo com vocês nesse encontro, mas faço questão da presença do nosso mandato, por meio da Maria das Neves, futura advogada, militante, ativista do Movimento Negro e de mulheres que compõe a equipe do Quilombo da Diversidade e nos representa neste momento. Parablenizo a iniciativa do grupo de estudos pela realização deste debate que trata de um tema fundamental e urgente para o Brasil. Neste momento de perda de direitos, desmandos por parte de um governo fascista e que estimula todos os discursos de ódio, de desrespeito e de exclusão, precisamos nos unir e repactuar nosso compromisso para viver novos tempos, principalmente no que se refere às políticas contra o racismo e pela equidade racial. Pois sabemos que todo e qualquer projeto democrático em nosso país será irreal, se não tiver como centro do debate a superação do racismo e a inclusão, de fato, de negros e negras. Como parlamentar, continuo coerente às bandeiras e causas que sempre me moveram como artista.

Por isso, ao longo de nossos mandatos na Assembleia Legislativa, apresentamos diversas propostas, realizamos várias ações com o objetivo de contribuir com a construção de um estado e de um país com equidade racial. Uma das nossas propostas foi a Lei 16.758, de 2018, que torna obrigatória a informação sobre cor ou identidade racial em todos os cadastros no Estado

de São Paulo. Esta lei é um instrumento crucial para tornarmos visíveis as desigualdades e ter o registro dos efeitos das dinâmicas de poder que promovem a exclusão e a discriminação racial.

Procuramos fortalecer as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial do Estado de São Paulo, que são de extrema importância para a cultura e a memória da população negra. Pois sabemos o quanto nossa história tem sido apagada e invisibilizada. Políticas para o afroempreendedorismo. Defesa e ampliação das cotas e da permanência de estudantes nas universidades públicas. Políticas públicas de inclusão no mercado de trabalho. Enfim, nossa luta no parlamento tem muitas frentes, pois acredito que precisamos nos aquilombar em todos os espaços que ocupamos.

Encerro esta mensagem reafirmando, como parlamentar, como artista e, sobretudo, como cidadã, meu compromisso com a luta pela igualdade racial no Brasil. Porque, enquanto houver racismo, não haverá democracia. Estamos na luta.

Um forte abraço. Leci Brandão da Silva.”

Esta é a carta, Livia, Bel, da nossa querida Deputada Estadual Leci Brandão, que carinhosamente pediu pra que nós a representássemos nesse importante debate. A deputada tem um compromisso histórico de longa data, como afirma a carta, não só como parlamentar, mas como artista. Ela sempre frisa muito isso, que ela *está* deputada, mas ela é uma artista. É uma artista que, ao longo da sua discografia, da sua produção cultural, coloca no centro do seu debate a questão racial, a luta pela vida das mulheres e a resistência pela nossa identidade nacional. A identidade, também essa, que é negra. De mulheres e homens negros e negras que constroem a nossa democracia, que lutaram contra a escravidão e que lutam até hoje pela democracia brasileira. Então, carinhosamente, compartilho a carta aqui, da nossa Deputada Estadual Leci Brandão, Livia, com vocês, nesse momento.

## LÍVIA SANTIAGO MOREIRA

[Unicamp, GEPEF e GPDH/IEA]

Obrigada, Maria das Neves Filha. A sua trajetória, ela é um belo retrato do poder afirmativo da vida como resistência às múltiplas opressões. Você nos conta em outro lugar, Maria das Neves, um pouco da sua história que eu peço licença pra ler aqui.

Você diz, “Minha mãe faleceu no parto. Era uma mulher negra, empregada doméstica, lutadora. Fui criada pela minha avó paterna, dona Maria, a quem chamo de mãe, retirante nordestina do Rio Grande do Norte. Foi ainda menina para o Amazonas, com a família, à procura de melhores condições de vida. Criou treze filhos sozinha, e o décimo quarto, fui eu. Herdei o nome de minha mãe biológica, sou Maria das Neves Filha, com muito orgulho. Dona Maria, no auge dos seus noventa e dois anos, como muitas, provavelmente não sabe, mas é feminista. E minha mãe é minha principal referência de luta pelo direito das mulheres e de emancipação.”

Mayer, Veríssimo e Silva

E aí, a gente queria te ouvir um pouquinho. Como é que, ao longo da sua experiência de ativismo, quais foram as políticas de igualdade que mais ofereceram a sustentação para o seu trabalho? Você conta pra gente um pouquinho?

## **MARIA DAS NEVES FILHA**

**[Assessora da Deputada Estadual Leci Brandão]**

Impressionante, como falava Vilma Reis, ali no começo, as nossas histórias, elas se cruzam e nós, negros e negras, nesse país, somos atravessados e atravessadas de forma brutal pelo racismo, pelo racismo estrutural.

Como você leu no relato, minha mãe era uma mulher negra, empregada doméstica que faleceu no meu parto. Então, pra começar, o racismo, ele me atravessa me tirando a minha mãe, que foi vítima de violência obstétrica, uma das principais causas de morte materna entre as mulheres negras. Então, esse fato faz com que eu esteja, nesse momento, dialogando com vocês, e tendo a possibilidade, a partir da minha trajetória militante, estar compondo o Quilombo da Diversidade, o mandato da deputada Leci Brandão. Eu fiz desse episódio o combustível da minha luta e da minha existência. A morte da minha mãe Maria das Neves, empregada doméstica, mulher negra retinta, que me traz a necessidade de lutar e resistir, não só pela memória dela, mas pela memória da população negra, do povo negro, que luta e resiste nesse país, que tão bem canta a deputada Leci Brandão, e que transformem projetos de lei, essa luta na Assembleia Legislativa de São Paulo, que hoje, eu tenho a oportunidade de ajudar a elaborar e construir.

Hoje, eu sou graduanda do Curso de Direito. Sou finalista. Estou me formando. Serei brevemente uma advogada negra fruto da política de cotas no nosso país. Essa política, Lívia, que está em debate no Congresso Nacional, deve passar por uma discussão, uma revisão e que nós precisamos assegurar a sua permanência. Então, é fundamental que a gente compreenda que é necessário reparar historicamente o que representou a escravidão para a população negra no nosso país. Ela é perversa, ela é crucial na formação do nosso povo, e ela constroi todas as desigualdades que permeiam o nosso país, a fome, o analfabetismo.

Quando a gente pega o extrato da pandemia do nosso país, quem foram aqueles que mais morreram? Foram os negros e as negras. Foi a população negra mais afetada porque, em decorrência, inclusive, da questão racial é a população pobre do nosso país, desempregadas, são as mulheres negras que compõem a base social do Brasil e que, portanto, nós precisamos reparar, historicamente, com políticas públicas, que foram desmontadas ao longo desses últimos anos, desde o governo golpista de Temer até o governo fascista de Bolsonaro, essas políticas são desmontadas no nosso país. Mas eu não tenho dúvida que a política de cotas foi crucial para que, nesse momento, eu possa estar concluindo essa graduação. Não só eu, mas como grande parcela ela da juventude negra, da população negra que teve acesso à universidade

no último período, teve acesso pela política de cotas e, portanto, essa política é necessária para que a gente continue a avançar no acesso à educação à população negra no nosso país.

Você queria fazer algumas colocações, eu posso discorrer, eu estou aqui acompanhando aquele roteirozinho que você me mandou.

### **LÍVIA SANTIAGO MOREIRA**

**[Unicamp, GEPEF e GPDH/IEA]**

Muito obrigada. Eu estou aqui sem saber a questão do tempo. Eu acho que a Bel vai assumir agora, pra gente, pra que o improvisado seja interessante pra todas nós. Pode ser?

### **MARIA DAS NEVES FILHA**

**[Assessora da Deputada Estadual Leci Brandão]**

Antes de passar pra Bel, acho que, no texto que você me mandou, tinha uma pergunta, “Como nós vamos superar essas desigualdades e o que está colocado nesse momento, para que a gente consiga superar o racismo estrutural e consiga evitar esse desmonte das políticas públicas, voltadas para questão racial no nosso país”. E eu elenquei aqui cinco pontos estratégicos para que a gente consiga pincelar e compartilhar com quem nos acompanha e nos ouve, nesse momento.

O primeiro deles, de forma fraterna e em respeito à nossa democracia, há diversas candidaturas colocadas aí, nesse momento eleitoral. Mas é importante que a gente compreenda que essas eleições não são qualquer eleição. Representa um marco histórico fundamental para a democracia brasileira. O que está em jogo é a democracia. E, portanto, essas eleições, eleger Lula e uma bancada negra e antirracista é fundamental, nesse momento, pra evitar o desmonte, e garantir o que nós conquistamos até aqui, para a população negra.

O segundo ponto é derrotar o bolsonarismo. Parece óbvio, mas não é. Não basta derrotar apenas Bolsonaro. É preciso derrotar o bolsonarismo que estrutura hoje, também fortalece o machismo, o racismo, a intolerância religiosa. O que a gente tem visto nessas eleições é uma disputa e ataques sistemáticos ao estado laico e à população negra que manifesta as religiões de matriz africana. Você vê o ataque brutal que as religiões de matriz africanas têm sofrido. E isso está enraizado no bolsonarismo. Então, não basta derrotar o Bolsonaro. Precisamos derrotar o bolsonarismo.

Defender as cotas. As cotas, como eu falava a vocês, nós precisamos garantir a manutenção das cotas. Elas estão em debate no Congresso Nacional, e é uma tarefa estratégica da população, do movimento negro, do movimento educacional, do movimento feminista, enfim. De toda a sociedade é tarefa central defender as cotas.

Avançar, quarto ponto, nos marcos legais. Nós acabamos, eu sou da área do Direito, já atuo como militante nessa área, também, há um certo tempo, mas nós tivemos uma importante vitória, do ponto de vista legal, que foi equiparar a injúria racial ao crime de racismo. Então, nós precisamos aprofundar os marcos legais como foi fundamental a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e garantir que haja leis que garantem, cada vez mais, o combate ao extermínio da juventude negra, acabar com os autos de resistência, por exemplo. Nós não falamos muito isso aqui, mas, além de todos os desmontes das Políticas Públicas, há um extermínio da juventude negra, colocado na sociedade. E nós precisamos enfrentar do ponto de vista legislativo, com políticas públicas, mas, também, do ponto de vista legal, nós precisamos enfrentar o extermínio da juventude negra.

E, por fim, a implementação da Lei 10.639. Nós precisamos garantir que ela seja efetivada em todas as escolas e que, sobretudo no Brasil, essa geração que cresce e que se afirma negro e negra, eu acho isso muito importante. Nós temos uma geração passada que, talvez, não tenha a oportunidade que essa teve, de se olhar no espelho e dizer, “eu sou negra, eu amo o meu cabelo, eu amo as minhas tranças, eu amo o meu *black*”. Nós temos marcos, do ponto de vista dos movimentos sociais, importantes como a Marcha das Mulheres Negras e a Marcha do Orgulho Crespo, que traz uma afirmação muito importante para nossa identidade negra. E, diferente do Movimento Negro, nos Estados Unidos, nós, por muito tempo, tivemos a nossa identidade negra negada. Eu sou uma mulher negra, de pele clara, amazônica. E eu tenho muitas amigas amazonenses que me perguntam, “Maria, eu sou negra?” E é negra, a pessoa é negra. Mas, por conta desse processo de embranquecimento da população, da colonização, essa nossa identidade negra nos foi negada. Então, eu acredito muito no poder, também, dessa nova geração que está chegando, que está se mobilizando nas redes e nas ruas, pra combater o racismo estrutural, e a gente precisa cada vez mais compartilhar a nossa ancestralidade, o orgulho de sermos negros e negras, porque fortalecer a luta do Movimento Negro, no nosso país, perpassa pôr o nosso povo se reconhecer negro e negra, reconhecer a sua história, conhecer a sua ancestralidade e, com isso, fortalecer as lutas que vêm aí. Nossos passos vêm de longe.

Como disse, trouxe aqui as falas anteriores que são carregadas de história, de ancestralidade e de construção social. Então, muito obrigada pela oportunidade, Bel e Lívia. Estou aqui à disposição de vocês.

## **BEL SANTOS MAYER**

**[Ibeac, LiteraSampa e GPDH/IEA]**

Olha, nós agradecemos muito, Maria das Neves Filha. Obrigada, também, agradeça à deputada Leci Brandão por essa carta que traz pra gente aqui. Então, estava agradecendo pela sua fala, os seus pontos aí com os principais eixos dessa nossa atuação para reconstrução das políticas e agradecendo muito a carta da deputada Leci Brandão, além de afetuosa, trazendo ai pra

gente alguém que está também nessa pista, há muito tempo. Ter na cultura e na política, dizendo e fazendo as mudanças que a gente quer ver. MUITÍSSIMO obrigada.

A gente está avançando no tempo. Nós tínhamos combinado com vocês até às cinco e vinte. A gente ainda tem uma leitura de um manifesto. Então, eu vou fazer mais uma pergunta, para resposta bastante breve, para Lúcia, para Cidinha e com as considerações finais, pra gente poder ler esse manifesto que foi escrito, contra esse desmonte das políticas públicas.

E a gente viu que não se esgotam os temas. A gente teria ainda muitas outras abordagens. A Maria das Neves traz a questão da violência obstétrica. A gente não tratou aqui, especificamente, da saúde. Mas a gente tem que ter isso que Cidinha nos traz. Então, a gente tem pessoas aí levantando dados, atuando dentro de cada um desses temas. Então, a gente tem que ir atrás desses materiais que, infelizmente, também estão sofrendo aí apagamentos. Mas, antes da gente entrar na questão de apagamentos, queria, Lúcia, se você pudesse trazer pra gente, você tem participado de outras articulações, discutindo especificamente a questão do racismo religioso. Que não é nem só intolerância religiosa, intolerância é leve para o que tem acontecido. Um racismo religioso, sistemático, manifestado nos meios de comunicação, mas também no corpo a corpo, nas ruas, terreiros sendo atacados. Então, vocês partiram, acho que pra um segundo encontro, discutindo esse tema. O que há de essencial aí, que a gente precisa olhar, de documentos que a gente precisa ler, de concentração nas nossas atuações, pro enfrentamento do racismo religioso.

## **LÚCIA XAVIER**

### **[Organização Social Crioula]**

Super Obrigada Bel, por essa pergunta, porque eu acho que ela, na verdade, se circunscreve no mesmo campo de outras demandas que o racismo produz, e que a gente vai, ao longo do tempo nomeando, racismo ambiental, racismo institucional. Mas, por que a gente precisa trazer essa dimensão de racismo religioso? Não necessariamente porque ela produz uma prática violenta contra religiões de matriz africana. Em regiões onde morrem babalorixás e ialorixás, onde têm seus terreiros quebrados, suas terras perdidas, seus territórios perdidos. São expulsos de determinadas regiões, das regiões mais periféricas ou de favelas. Mas, porque é uma prática racista contundente contra a população negra, mesmo aquelas pessoas que não são dessas religiões, são afetadas diretamente por esse tipo de manifestação racista. E por quê? Porque não há distinção entre nós. Ninguém olha pra mim e vai dizer se eu sou católica, se eu sou evangélica ou não. Mas há símbolos, há estruturas que essas culturas, como a as culturas das religiões de matriz africana apresentam, que nos tornam vulneráveis a esses ataques.

De um modo geral, esses ataques vêm de vários grupos, principalmente das igrejas evangélicas, pentecostais ou não, porque aquelas que se calam, consentem. Vêm, também, do crime

organizado evangelizado, que acredita que determinadas regiões só podem avançar quando esses lugares se tornam um estado religioso, como o estado de Israel. Assim como é denominada aqui as facções que tomam a religião, as religiões protestantes, como forma de manifestação política e criminosa, mas também, quando esses grupos armados e grupos do crime organizado especulam sobre os bens que essas religiões têm. Então, as pessoas não perdem só a sua dignidade, mas elas perdem suas terras, seus territórios, suas manifestações políticas, seus espaços de conagração religioso e, também, seus espaços de apoio.

Por isso, o racismo religioso se torna tão cruel. Porque ele, a princípio, não atinge só aquele Babalorixá, aquela Ialorixá ou chefe daquele terreiro. Ele atinge toda a comunidade que é afeita àquela religiosidade e ao seu entorno. O que as religiões de matriz africana são experiências comunitárias de amplo espectro. Um terreiro, em um dado lugar, se estabelece ali e, a partir dali, se nasce a economia e se nascem novas funções e trabalhos. em torno das costureiras, das lavadeiras, do pequeno comércio, do empreendimento que aquele grupo acaba produzindo nessa região, interação entre outros grupos. Eu tiro mesmo pela minha própria casa que está situada numa cidade da Baixada Fluminense, Nova Iguaçu e que interage com aquela região e a capital, onde tem brancos e negros, onde tem travestis, transexuais, onde tem mulheres cis, onde tem crianças. Então, todo esse grupo comunitário é afetado diretamente, não só individualmente, pelas dimensões da dignidade, do respeito, mas também, coletivamente, no seu espaço de cuidado. Então, não só modifica essas tradições, mas também, traz para esse grupo uma constante insegurança, um constante medo de ser atacado ou não.

Por outro lado, o interessante do racismo religioso é que, ao mesmo tempo, o estado brasileiro sedimenta práticas de institucionalização de outras religiões como católicos, protestantes e, por outro lado, nega a existência dessas religiões, fazendo com que esses grupos fiquem ainda em maior vulnerabilidade, já que não existe política de proteção, não existe controle sobre as necessidades que esse grupo tem e nenhuma resposta plausível, para a quebra dessa integridade. Se isso tudo fosse só racismo, ficaríamos felizes, mas isso é, também, perda da liberdade de expressão, isso é ataque às orientações sexuais e às identidades de gênero. Isso é ataque ao gênero, isso é ataque às condições das mulheres. Porque aí, também, tem as perdas da guarda de mulheres sobre os seus filhos, em relação à religião. Isso é ataque a uma tradição, uma cultura, é um bem material e imaterial produzido nessa sociedade. Então é, de fato, como eu digo aqui na gíria, *quebrar a perna de alguém*. É como se esse alguém tivesse se levantado contra, e você vai lá e quebra as pernas. O ataque às religiões, para mim, aparece como essa prática. E, de outra forma, o Estado também tenta ampliar ou vincular a educação, a educação laica, a educação pública, a um tipo de religiosidade que vai afetar diretamente a formação da cultura, da manutenção das culturas afro-brasileiras. Então, é claro, as dimensões de gênero, de identidade de gênero também, são atingidas aí. Eu diria que o racismo religioso revela uma prática LGBTQIA+ fóbica, revela uma dinâmica de racismo e discriminação racial profunda e, mais do que isso, afeta diretamente a famosa liberdade, a formosa democracia brasileira.



**BEL SANTOS MAYER**

[Ibeac, LiteraSampa e GPDH/IEA]

Muito obrigada, Lúcia, por ter encontrado tempo para nos trazer tantos saberes. Aqui vão chegando perguntas, tem estudantes nos ouvindo. E o quanto é importante o que você traz para o nosso olhar. Então, não é só um ataque à religião, mas um ataque à população negra e a todas as manifestações da nossa existência. E, como a gente começou dizendo em nossa primeira rodada: “mas a gente não desiste. Aqui estamos”. Aqui estamos construindo espaços dentro e fora, em nossa teimosia de defender nossas vidas.

Obrigada demais por você ter estado aqui com a gente. Vamos ouvir um pouco mais a Cidinha da Silva. Cidinha você trouxe aqui o *Africanidades*, que é um livro que um dia a gente viu sendo vendido num sebo “a milhões”, porque ele esgotou rapidamente. Quem tem, tem; quem não tem, não tem mais. E, aí, a gente não entende por que ele não foi impresso novamente, por que ele não está disponível ainda digitalmente. Estamos vivendo um tempo de apagamento daquilo que a gente já escreveu e que estava lá, que parecia garantido. Então, queria ouvir de você, Cidinha, escritora e, também, historiadora, o que a gente pode fazer? Vamos guardar dentro de casa? Como é que a gente faz? Qual o enfrentamento possível ao apagamento dos dados, das memórias? Ao final, você pode fazer suas considerações finais.

**CIDINHA DA SILVA**

[Escritora]

Eu fico pensando, eu estou trabalhando desde setembro do ano passado na Casa Sueli Carneiro, que é um espaço de organização, para colocar em circulação o legado de Sueli Carneiro, toda a produção intelectual e ativista dela. Então, para mim é uma alegria muito grande, depois de trinta anos de São Paulo; é uma volta ao começo. Trabalhar nesse espaço, na Casa Sueli Carneiro, que é algo que deriva de Sueli. E uma coisa que eu tenho aprendido lá é a trabalhar, a entender a memória como ferramenta de luta. E isso, nos diversos campos nos quais nós atuamos. É uma memória que é do ativismo, que é da intelectualidade que é das artes.

E a memória, entendida naquela perspectiva que o Waly Salomão falava há muito tempo. Ele dizia que “a memória é uma ilha de edição”. Então, não é algo estático, é algo que está em construção o tempo inteiro, e que pode ser uma ferramenta, pode e deve ser mais uma ferramenta de luta. Para a gente entender a memória, como uma ferramenta de luta, nesse caminho, nesse entendimento, os livros têm um lugar especial.

Eu entendi que você me pediu para, também, indicar livros. Esse livro aqui, o *Ações Afirmativas em Educação – Experiências Brasileiras*, que é o meu primeiro livro, de 2003, completa vinte anos no ano que vem. Vou fazer uma festa, ele vai completar vinte anos. Ele é um dos dez primeiros livros sobre o tema das ações afirmativas como estratégia de enfrentamento das

Mayer, Veríssimo e Silva

desigualdades raciais no Brasil. Ele vai completar vinte anos num momento em que vai ser votada a continuidade da lei de cotas para as pessoas negras; votação que, estrategicamente, os parlamentares progressistas deixaram para o ano que vem, para ver se a gente tem um congresso menos adverso do que aquele que a gente tem hoje.

Nesse outro livro aqui - *Livros para Todos*, organizado por Daniel Louzada, no qual a gente participa juntas, Bel, o meu texto é uma análise de uma consulta pública, lembra? Eu analisei para minha tese de doutoramento, defendida em 2021, a perspectiva de africanidades nas políticas públicas pró livro, leitura, literatura, bibliotecas no Brasil, de 2013 a 2015, no governo federal. Eu trouxe para esse livro aqui, também, a análise daquela consulta pública que a gente fez sobre o tema das africanidades das relações raciais nas políticas públicas pró livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil.

Os originais desse material, estou doando. As fichas impressas por mim, tudo que eu guardei. Se tivesse ficado apenas lá nos computadores da instituição, que era a Fundação Palmares, à época, a gente não teria mais nada. Então, essa é uma outra coisa importante: a gente conversava esses dias e a Bel me dizia, “eu tenho todos os *folders* de congressos de educação daquela época”; daquela época, a nossa época lá dos anos 90. Então, isso é muito importante, que a gente guarde esses documentos e que os repasse para instituições que possam conservá-los, possam colocá-los em circulação. Eu acabei de doar todo o material de Geledés que eu tinha guardado. Eu doe para o Geledés, para o centro de documentação da instituição. E, essa pesquisa, essa consulta pública, eu, em princípio, vou doar para um acervo da UNICAMP, mas também se você tiver interesse, Bel, depois você me fala que eu posso deixar você copiar, ou doar pra vocês ou para alguma instituição que você ache interessante.

Por fim, outra coisa muito importante pra gente fazer em relação à memória, é isso de considerar a memória, tratar a memória como uma ferramenta de luta, a gente precisa. Tornou-se um clichê essa expressão “disputa de narrativas”. Mas a gente precisa, sim, disputar as narrativas em relação à história do Brasil. A gente tem a história que a gente construiu, que a gente constroi e que não tem o lugar de visibilidade que merece, ou que nós gostaríamos. E eu tenho, nesse ano de 2022, participado muito da disputa de narrativas, em torno dos 200 anos da Independência do Brasil. E estou participando desse livro aqui, que é o *Independência do Brasil – As Mulheres Que Estavam Lá*, que é organizado pela professora Heloísa Starling, da UFMG.

E aqui eu escrevi um texto sobre a Maria Felipa de Oliveira, que foi uma pescadora de baleia, senhoras e senhores! Ela não era pescadora de peixinhos pequenos, ela pescava baleias. Uma pescadora de baleias, que matava baleias, que cortava as baleias, salgava a carne, vendia, tirava o óleo, o que era uma coisa caríssima, naquela época, exportada pelo Brasil. O Brasil que não era Brasil ainda, em 1822/1823, exportava óleo de baleia que era usado na iluminação pública, na construção de casas. Essa mulher, que foi uma marisqueira, também, era uma

estrategista: liderou um grupo chamado *Vedetas*, um grupo de quarenta mulheres que cuidava da segurança. *Vedeta* é sinônimo de vigia, cuidavam da segurança da costa da ilha de Itaparica e da entrada do recôncavo baiano. E, então, eu escrevi nesse livro sobre a Maria Felipa de Oliveira, um texto que chama *Maria Felipa de Oliveira – A Mulher Que Veio do Mar e Ruminava Fogo*. É uma filha de Iansã, não tenho dúvida, Lucia Xavier! Então, eu convido as pessoas para conhecerem esse livro que trata de outras mulheres, também, que estiveram presentes nas lutas pela Independência do Brasil. É essa disputa de narrativas que a gente está fazendo.

E, por fim, são mulheres que têm uma escassez de documentos em relação a elas. Então, a gente faz, também, um exercício imaginativo e, no meu caso, eu fiz um exercício de proposição de diferentes imaginários para entendermos essa mulher, essa líder, essa estrategista de guerra, que era Maria Felipa de Oliveira. Essa mulher negra, do recôncavo da Bahia, tinha por volta de vinte e dois anos quando aconteceram essas disputas e morreu quarenta e nove anos depois; desapareceu da história. Ela permanece na memória do povo, permanece na memória oral das pessoas, mas a gente tem pouca coisa sobre Maria Felipa na historiografia convencional. Então, a gente precisa construir um novo imaginário para que ela caiba e para que ela seja reinterpretada sem estereótipos, sem estigmas. Que ela possa ser lida na complexidade daquilo que ela foi: uma liderança negra tão forte, tão proeminente, num Brasil branco, num país que ainda não era o Brasil, num país branco e escravocrata.

## Manifesto contra o Desmonte das Políticas de Igualdade Racial no Brasil

*“Enquanto houver racismo, não haverá democracia”: pela reconstrução das políticas de igualdade e diversidade racial no Brasil*

A história do nosso país carrega o peso da sistemática desumanização que cria as condições de subordinação, controle e exploração da força de trabalho que fazem girar a máquina do capital e sustenta as desigualdades das relações de poder.

Como o movimento negro denuncia há muito e constantemente, o racismo estrutural é um muro contra o qual a luta se choca: estratégias de apagamento, silenciamento e desautorizações das reivindicações legítimas são formas de resistências contra os esforços pela igualdade e explicitam que nunca houve democracia racial no país.

Neste ano eleitoral, tão significativo para o destino do Brasil, precisamos da memória dos passos já dados e dos caminhos abertos para a construção de uma sociedade que não siga refém das repetições das atrocidades do nosso passado colonial ainda tão vivo.

Cabe às distintas instituições da sociedade brasileira recuperar o longo processo político e de lutas sociais protagonizado pelo movimento negro para a inserção da temática racial na agenda de políticas públicas do país.

A retomada histórica desse processo traz a Constituição Federal de 1988 como um marco importante, ao proibir qualquer ato discriminatório, instituir o princípio da igualdade e não-discriminação como parâmetro fundamental para a efetivação do Estado Democrático de Direito e dos objetivos da República. Especificamente, ela definiu o racismo como um crime inafiançável e imprescritível. A promulgação da “Constituição-Cidadã” também abriu espaço para um novo tipo de interação entre os poderes públicos e o Movimento Negro e de reformulação das suas estratégias de reivindicação.

Da década de 90 ao início de 2002 observamos o reforço do compromisso do Estado na realização de estratégias de combate às desigualdades raciais por meio de políticas públicas específicas para a população negra. Em 1996 - foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I) com Políticas compensatórias tais como a alteração do conteúdo de livros didáticos e em 2002, com o PNDH II houve o acréscimo de algumas metas com o objetivo de reconhecimento por parte do Estado brasileiro das violações historicamente perpetradas contra a população negra, tais como a escravidão e o tráfico transatlântico de escravizados em suas violações graves e sistemáticas dos direitos humanos, a marginalização econômica, social e política em decorrência da escravidão; bem como a iniciativa de estudar a viabilidade da criação de fundos de reparação social destinados a financiar políticas de ação afirmativa e de promoção da igualdade de oportunidades.

No mesmo ano, o governo lançou o Programa Nacional de Ações Afirmativas sob a coordenação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Também foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, o Programa Diversidade na Universidade, o Programa Brasil Gênero e Raça, do Ministério do Trabalho e os Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Agrário e das Relações Exteriores instituíram ações afirmativas em suas pastas.

No ano de 2003 houve um novo marco para a implementação de políticas antirracistas no país com o início do primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva, proporcionando um aprofundamento substancial desse percurso. Uma das primeiras leis assinadas pelo Presidente Lula, foi a Lei 10.639/2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996 para incluir o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira nos sistemas de ensino e cumprir o estabelecido na Constituição Federal/1988, que prevê a obrigatoriedade de políticas universais comprometidas com a garantia do direito à educação de qualidade para todos e todas.

Merece destaque a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), por meio da Lei Federal n. 10.678/2003, uma Secretaria que recebeu o status de Ministério, tendo por objetivo assessorar a Presidência da República para a formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial, avaliação das políticas públicas afirmativas e de proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância.

A criação da SEPPIR foi essencial para a coordenação das ações vinculadas à temática racial, bem como para a institucionalização das políticas voltadas para a superação das desigualdades raciais e do racismo. O órgão favoreceu o processo de institucionalização das políticas de igualdade racial, anteriormente mais presentes nas esferas municipais e estaduais, de modo fragmentado.

A SEPPIR também foi responsável pela institucionalização e aperfeiçoamento das políticas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro, uma demanda histórica do movimento negro brasileiro e tema até então marcado por diversas controvérsias. As chamadas cotas étnico-raciais possibilitaram a inclusão de um enorme contingente de jovens negros e negras, indígenas e pobres nas universidades públicas. Elas se demonstraram eficazes ao longo dos anos para a redução das desigualdades étnico-raciais no ambiente acadêmico, nos espaços profissionais e na sociedade.

No entanto, o andar da história não promete estabilidade, tampouco desenha previsibilidade. A democracia deve ser um ato atento e diário, deve insurgir como ação em contraponto aos retrocessos e às ameaças que nos obrigam a diferenciar conquistas de garantias.

O advento do golpe institucional contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016 representou a interrupção de um projeto que concebia os direitos humanos em sua perspectiva emancipatória, articulada à diversidade, democracia e justiça social. Desde então, acompanhamos com preocupação uma escalada da fragilidade institucional que instituem práticas de desmonte e destruição de políticas de direitos humanos arduamente construídas com a força dos movimentos sociais, do movimento negro, das gestões federais anteriores à Jair Bolsonaro.

Dentre as estratégias adotadas pelo atual governo estão: a fragmentação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que perdeu seu status de ministério; a diminuição de recursos orçamentários às políticas públicas de promoção de igualdade racial demonstrada pela análise do INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos) entre 2019 e 2021; a exclusão de programas de enfrentamento ao racismo; o apagamento de dados, como na Fundação Palmares criada em 1988 para promover e preservar a cultura negra no país. A Fundação teve dados de personalidades negras apagados do site sob a alegação de que o órgão não pertence ao Movimento Negro; a ameaça a políticas afirmativas tal como a política de cotas que ampliou a diversidade nas universidades públicas, consolidando-se como instrumento de reparação, e encontra-se em revisão nesse ano de 2022.

Constatamos assim uma política de ataque frontal às políticas antirracistas e um avanço das políticas anti-direitos humanos. Há uma desestruturação de políticas dedicadas à população negra, com a qual o país tem uma dívida histórica, pois segue cotidianamente alvejando-a pela violência e violação de seus direitos. As manifestações de ódio racial, a criminalização, encarceramento em massa e genocídio da juventude negra, os feminicídios, a baixa remuneração, o desemprego, a insegurança alimentar, a violência racial, as desigualdades e a exclusão visam perpetuar a população negra em posições de subalternidade, mas seguimos lutando, ocupando espaços, em movimento.

Como ultrapassar o muro historicamente edificado e mantido pelo racismo estrutural? Como reconstruir políticas de direitos humanos para a população negra, restabelecendo a democracia?

É urgente a realização de ações articuladas envolvendo diferentes setores sociais, movimentos e coletivos negros e não negros para a priorização da pauta racial nas políticas públicas e, dessa forma, ampliar os recursos destinados ao enfrentamento do racismo, a efetivação de políticas de ações afirmativas nas universidades e instituições públicas e a representatividade de lideranças negras nas esferas públicas e privadas.

Que as estratégias micropolíticas de implementação das políticas públicas de igualdade racial sejam compartilhadas para que os desafios impostos pelos hábitos e práticas da cultura colonial patriarcal não impeçam a transformação da nossa realidade.

Precisamos garantir coletivamente as condições para que a memória do que foi conquistado e construído nas políticas dos direitos humanos, com destaque para as políticas antirracistas e de igualdade racial, permaneçam vivas e façam viver.

São Paulo, 19 de agosto de 2022.

Subscvem,

**Matilde Ribeiro**

**Vilma Reis**

**Douglas Belchior**

**Lúcia Xavier**

**Cidinha da Silva**

**Leci Brandão**

**Maria das Neves Filha**

**Elisa Lucas Rodrigues**

## Entrevista com Elisa Lucas Rodrigues (SMDHC - SP)

**Entrevistadora:** Gabriela Gramkow

### **GABRIELA GRAMKOW**

Agradeço a Elisa por compor conosco, do Grupo de Direitos Humanos, Democracia e Memória (GPDH) do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. O grupo organizou o encontro “Construção, Desmonte e Reconstrução das Políticas de Igualdade Racial no Brasil” em 2022, e desejamos prosseguir o diálogo e, por isso, viemos até a secretaria, te escutar em uma roda expandida. A primeira questão envolve a sua trajetória na política de promoção da igualdade racial do nosso país, e pensar o que você destaca, do teu percurso, dos teus fazeres nessa história, Elisa.

### **ELISA LUCAS RODRIGUES**

Na verdade, eu comecei no interior do Estado de São Paulo, em Barretos, que é minha terra. Há aproximadamente quarenta anos, eu iniciei a minha participação no ativismo de combate à discriminação racial. Naquela época, eu era casada, já tinha uma filha só, hoje tenho duas. E, assim, foi um convite de uma amiga que me convidou a participar. É assim, eram todas amigas de infância. A gente se conhecia. Crescemos cada um por um lado. Mas elas formaram o Conselho Municipal da Comunidade Negra, lá no interior. Juntou um grupo de pessoas, a gente se reunia aos domingos e, assim, eu senti uma identificação, porque, nessa época, eu trabalhava no Banco Nossa Caixa, não tinha convivência nenhuma. Assim, conhecia as pessoas, mas não tinha um grupo de discussão da temática racial. Eu sentia falta. Porque a discriminação, o preconceito, sem perceber, as pessoas realizavam. Pessoa quando dizia pra mim, “ah, cê nem parece uma mulher negra, você vira, tal”, eu não entendi aquilo como elogio. Eu senti ali uma certa crítica, e a colocação de que a população negra não era assim, algo que merecesse respeito.

Então, eu fiquei ouvindo isso. Cheguei a ouvir uma vez, fora, antes de estar no Banco Nossa Caixa, eu trabalhei na prefeitura, de uma pessoa me dizer, “Aqui” – no meu primeiro emprego, a prefeitura – “não faz serviço negro”. Tinha dezoito anos. Mas, não tinha preparo para reagir,



não sabia como reagir àquela história. Apesar de eu ser concursada, eu falava, “eu vou responder aqui, eu vou criar uma inimizade, vou criar um atrito, isso não vai dar certo”.

E aí, então, foi muito bom, quando eu encontrei esse grupo anos mais tarde, pra gente discutir as questões da comunidade negra, porque eram todas mulheres negras, tinham alguns homens, mas quem mandava naquele grupo eram as mulheres. Tinha a Elza, tem a Elza, ainda mora lá. É uma pessoa super dinâmica, muito positiva. Se ela quiser falar alguma coisa, ela fala, seja pra quem for. E eu admirava muito isso dela, de defender, assim, a questão racial, com unhas e dentes, e a gente foi crescendo.

Lá no interior, a gente na época, 1985, por aí, não sabia muito o que fazer, praticamente. Aí surgiu, num dos eventos da Prefeitura, alguém trouxe pra nós a questão do analfabetismo das pessoas da periferia, e se a gente toparia fazer aquele projeto. Eu fiquei encantada. Eu falei, “Nossa!”. E esse projeto seguia a linhagem do Paulo Freire. Ou seja, os monitores, os professores eram do próprio bairro, eles que procuravam os alunos. Então, foi uma coisa, assim, muito bonita mesmo. A prefeitura, o prefeito, quando veio aqui, ele falou, “nossa, que projeto interessante”, e que ia, inclusive pras fazendas, da periferia de Barretos.

Então, nós começamos com seis classes. Chegamos a ter vinte e seis classes, em Barretos. Levamos o projeto para uma vereadora e aprovou. E aí, começou a pagar um valor simbólico, para aquelas pessoas que estavam ali, lecionando.

E tinha todas as características especiais. As aulas eram de terça à sexta. Havia uma flexibilidade, eram muitos alunos da roça mesmo. Apanhava algodão, enfim, trabalhava na lavoura. Então, você não podia exigir que eles chegassem.... Mas, assim, o projeto cresceu. Eu lembro que, na época, foram mais ou menos quatrocentas pessoas para aquela cidade, daquele tamanhinho. Alfabetizar quatrocentas pessoas. Então, foi um dos primeiros projetos que a gente realizou.

GABRIELA GRAMKOW

Que ano, esse projeto?

### **ELISA LUCAS RODRIGUES**

Foi em mil novecentos, ainda, foi em 1994 a 96, com a eleição do prefeito Nelson James. Na sequência, aí veio um outro prefeito. Olhou, colocou os cabos eleitorais dele, nós saímos fora.

Mas assim, foi a primeira realização. Porque, assim, eu sentia falta de alguma coisa concreta. Eu falei, “a gente vai ficar reunindo aqui todo domingo. Bota essa mesa, fala, fala, fala, fala, fala, vai embora. E a população? O que nós vamos fazer?” Então, esse foi um dos projetos.

Depois nós fizemos, também, um projeto com crianças, que era Português com Filosofia. Então, tinha uma professora de Filosofia, a outra de Português. Essas crianças se reuniam

Mayer, Veríssimo e Silva

sábado, e o aproveitamento escolar daquelas crianças, porque eram crianças indisciplinadas. Bem... Mas o aproveitamento escolar deles mudou o rendimento. Foi algumas coisas que, assim, eu tenho saudade até hoje. E fora o que a gente produzia, encontros, seminários, levava gente daqui de São Paulo, ativista daqui pra ir falar pra população lá. Enfim, foi um período bem ativo. Foi um período que durou muitos anos. E, assim, eu fiz a minha carreira ali. Ali eu comecei, acabei entrando, participando de disputa política. Eu cheguei, na segunda vez que eu disputei a vereança, eu fiquei como suplente, assumi no final do mandato, mas a minha meta era estar em São Paulo para trabalhar a questão racial a nível de governo. E isso eu fiz em 2003. Eu já estava com tempo para aposentar. Eu me aposentei. Vim disputar a presidência do Conselho Estadual da Comunidade Mineira do Estado de São Paulo. Fui vencedora. Fui reeleita, e aí começou, em 2003, eu vim pra ficar quatro anos, estou até hoje aqui. Por aqui, trouxe as filhas, formaram-se aqui.

E, assim, o que eu vejo de interessante nisso tudo? Quando eu chego em São Paulo, 2003, é o ano em que as ações afirmativas foram ficando mais fortes, porque aí veio a Lei 10.639, que obriga o Ensino da História da África e do Afro-Brasileiro. E aí eu falei, “bom”, conversando com os outros conselheiros, tinha a Cida de Ribeirão, que me ajudou muito, ela e o Marcos falaram “vamos pegar essa Lei 10.639, vamos falar pro governador? Vamos fazer essa formação?” E assim foi feito. A gente levou pro secretário da época, ele falou, “não vou fazer. Eu faço pra todo mundo. Não tem essa de fazer essa lei ou outra”. E aí, assim, a gente do interior, acredita. E é muito bom, ainda sou... mas eu era muito simples, acreditava em tudo que me falavam. O governador falou no dia da minha posse, “Se a senhora tiver algum problema, a senhora vem aqui, pede uma audiência que nós vamos resolver”. E aí fica aquela história, “ah, falou por falar, tava na frente de todo mundo”. Não. Voltamos lá, pedimos audiência, falei pra ele, “ó, tem essa proposta da Lei 10.639, é uma lei federal, é uma inovação, é um pedido do Movimento Negro, isso não é da cabeça de políticos. Só que o secretário não quis”. Ele passou a mão no telefone, e ligou na hora pro secretário, falou, “Eu quero. Ainda esse ano”. E assim aconteceu. A gente fez um projeto piloto, com quatro diretorias de ensino, pra São Paulo foi noventa e um. Um projeto piloto que deu certo. Com duas diretorias de São Paulo e duas do interior. E aí houve uma licitação. A UFSCAR ganhou, eu ainda estava na Prefeitura, igual eles fizeram conosco. E fez a formação nas noventa e uma diretorias do Estado.

### **GABRIELA GRAMKOW**

A formação foi em que ano?

### **ELISA LUCAS RODRIGUES**

Foi de 2004 a 2006. E, assim, foram formados, começaram a ser sensibilizados quinze mil professores. Na verdade, eram duzentos no Estado de São Paulo. Eu falei, “Nossa, isso não é nada”. Mas foi o primeiro pontapé. E eu fico, sempre falo. Reclamo, porque a comunicação

do governo era muito ruim. Isso tinha que ter sido falado, divulgado. Fica só eu falando e, às vezes, alguns conselheiros da época.

Mas foi um período muito produtivo. O Estado de São Paulo inteirinho se mexeu com essa questão. Esse foi o primeiro grande feito na primeira gestão do Conselho. E aí, foi o tempo em que nós fomos trabalhar, também, com a saúde, que sabe que a saúde da população negra tem doenças prevalentes. E eu tive a sorte de ter um conselheiro muito bom que é o doutor Luiz Eduardo, que fez um planejamento, criou o Comitê de Saúde da População Negra, criou o Comitê de Mortalidade Materna, fez o primeiro seminário sobre saúde da população negra e, assim, foi um período de produção. Foi um período de bastante produção. Havia um envolvimento do conselho da época. Essa foi a minha primeira gestão.

Na segunda, foi um pouco diferente, mas aí nós fizemos uma parceria grande com a Cultura, com campanhas. Em 2007, eu lembro que foram colocados banners de personalidade deles na porta de estabelecimentos, por exemplo, Centro Cultural de São Paulo, pôs lá o Mario de Andrade; Machado de Assis em outro lugar, Carolina Maria de Jesus e, assim, em diversas partes do Estado de São Paulo.

No ano de 2008, era 120 Anos da Abolição. Nós fizemos em parceria com a Cultura, uma grande Campanha: “*Racismo: se você não fala, quem vai falar?*” E nós recebemos quinze mil cartas, contando história de racismo, de sofrimento, de superação. Foi uma campanha, também, bem intensa, e que a gente circulou por todo o Estado de São Paulo, levando essa Campanha. Esses são os trabalhos, assim, que eu destaco.

Mas trabalhamos junto com a Polícia. Também é difícil trabalhar com a Polícia. Meu Deus, como é difícil. Mas nós conseguimos ter uma interlocução e, pra falar de racismo, de combate ao racismo. E aí começou, dentro das Academias, a matéria de direitos humanos tinha quarenta horas de Direitos Humanos e Discriminação Racial pra aquelas pessoas.

Pra mim, assim, tudo que a gente fazia, eu via um valor imenso. Eu acreditava e acredito muito nas políticas de ações afirmativas. Vi com tristeza, quando chega esse desmanche – que absurdo! Chega esse desmanche das ações afirmativas, falas contraditórias que a gente ainda ouve até hoje. Mas eu tenho uma expectativa e uma esperança. Eu vejo que o assunto, quanto mais tentam acabar com ele, mais forte ele está ficando.

A gente percebe assim que, hoje, o que eu recebo de ligação, de *e-mail* perguntando, Como é que foi aquele projeto “*São Paulo: educando pela diferença para a igualdade?*” Ajuda a gente a refazer? E a gente tem orientado. Aqui já estiveram pessoas do Rio de Janeiro, do Mato Grosso, aqui do Estado de São Paulo, Jacareí, Bariri. Então, são cidades que têm vindo buscar essa orientação.

Eu, terminando o Conselho, em 2010, fiquei um ano na Assessoria Parlamentar da Casa Civil. Cá, entre nós, foi um período que eu não gostei, porque a minha meta não é fazer política partidária. Política para População Negra. E aí fiquei lá um ano, fui chamada para coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, na Secretaria da Justiça. Fiquei por lá por seis anos. A gente fez várias questões. Eu fiz a segunda, a terceira e a quarta Conferência de Promoção de Igualdade Racial, a gente presidiu. A Lei 14.187 (2010), aquela que pune, administrativamente, discriminação e racismo, foi feita, também, na nossa gestão, a gente participou. Então, assim, tem muita, tem bastante produção. Essa pontuação diferenciada nas FATECs e ETECs, também, nos vestibulinhos, nós participamos, assim como a pontuação diferenciada que tem no Estado. O Estado não tem cópia. Tem esse processo de pontuação diferenciado, e nós participamos juntamente com Frei David, Hélio Santos, Eunice Prudente, um grupo muito forte, muito grande que estudou essas questões. Então, assim, fizemos a campanha “*São Paulo Contra o Racismo no Futebol*”, em 2015. Foi uma campanha muito forte, envolveu os maiores times do Estado de São Paulo. E eu me lembro, na final, os jogadores entrando com a braçadeira, assim, os recrutas. Eu, nós tínhamos planejado fazer um desdobramento, que era, a partir da campanha, envolver os clubes de futebol. E esses clubes teriam que fazer o que eu vi agora. Parece que vão fazer. Eu vi a Federação chamando outras federações para discutir as questões de racismo no futebol. E aí vai ter punição, perda de ponto, dinheiro. Então, aí, eu acho que aí funciona. O que a gente não conseguiu fazer em 2015, estão fazendo agora. Ou seja, uma continuação de todas essas atividades. Então, assim, eu fico satisfeita, acho que a gente teve uma produção, podia fazer mais. Aí a gente tá dentro da máquina. Às vezes, cerceada, você tem que saber onde pisa.

Imagina esse momento eleitoral agora. É bem complicado.

### **GABRIELA GRAMKOW**

É bastante tenso.

### **ELISA LUCAS RODRIGUES**

Mas a gente conseguiu fazer essas ações. Eu acho que ficaram, fica a memória. Fica a memória e fica aí o Conselho continuando.

A própria coordenação de políticas para população negra e indígena, também, trabalhando no sentido de continuidade. Trabalho com os quilombos, nós chegamos a ir nos Quilombos no Vale do Ribeira. Vinte e oito Quilombos. Lá tem tem ETEC, tem escolas também. Então a gente participou diversas vezes. A gente levou um Seminário sobre pessoas desaparecidas. E a gente levou pra falar, principalmente, com as jovens, com os jovens, que ficam encantados com o que o mundo oferece. Eu me lembro que lá no Cafundó, na época, começou a entrar muita droga, agora hoje parece que melhorou. Então, tem tudo isso que aconteceu.

O trabalho com a ACADEPOL foi muito importante. A gente viajou nas onze regiões administrativas que tem a Polícia Civil, com o seminário levando tema discriminação e racismo, violência contra a mulher, a questão do LGBT, também discutindo a questão indígena. Então, foi um trabalho que deixou saudade. A gente até está tentando recuperar, aqui no município, essa parceria com a ACADEPOL. Porque assim, gente, por mais que a gente fale, sensibilize e aí gera uma equipe, ainda hoje o pessoal chega na delegacia e empurra o Boletim, não quer fazer, registra como ameaça. Então, a gente está retomando esse trabalho pra que, aí, a ordem parte da Academia. Tem que fazer, gente. Não pode.

### **GABRIELA GRAMKOW**

Então, agora, via município, vocês estão com esse movimento.

### **ELISA LUCAS RODRIGUES**

É, estamos conversando para retomar e fazer São Paulo, grande São Paulo, essa sensibilização, porque é impressionante. Todo dia tem um caso de racismo na mídia. Mas não é que aumentou, o pessoal está tendo coragem. Estão tendo coragem. A gente está com uma campanha, não sei se vocês viram, “*Ponto Final ao Racismo*”. Nos ônibus. São mais de cem ônibus adesivados. “Disque pra 156, Racismo é crime”. Pra pessoa denunciar. E nós estamos fazendo formação com os motoristas e cobradores. Já passou pela gente, mais ou menos, mil e duzentos motoristas e cobradores. Falta muito ainda. Mas, nós estamos falando.

Então, esse é o nosso trabalho, aqui na secretaria. Um dos carros-chefes que eu gosto muito, também, são as cotas. Cotas, aqui, existem desde 2013. E aqui tem uma questão que todo lugar tem. Que é a questão da prova de heteroidentificação. Se a pessoa não destinatária se inscreve, se bronzeia, faz *dread*, faz tudo, pra passar. E aí a gente tem uma banca com oito pessoas, tem dois procuradores, duas da nossa coordenação, dois funcionários da secretaria aqui, duas pessoas da sociedade civil para fazer essa verificação. A educação manda direto aqui. Que tem muito concurso, que agora que estão chamando. Segunda, dia 7, já vai ter uma banca aí. Enfim, esse é o nosso trabalho.

Parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, parceria bem frutífera. A gente faz seminários juntos. Conseguimos fazer o primeiro seminário, onde os funcionários, depois, passaram por um treinamento para entender o quê que é a *diabetes mellitus* e a hipertensão, e a anemia *falciforme*, que são doenças prevalentes da população negra. Enfim, se a gente tivesse uma equipe maior, a gente poderia fazer mais, mas estamos fazendo. Eu acho que eu falei bastante.

### **GABRIELA GRAMKOW**

Sim, sim. Alcançamos, fomos já no primeiro e no segundo debate, do teu percurso, da sua atuação junto às secretarias, das produções. Acho que agora podemos entrar: como é que

you analyze our present in the last few years, in relation to the dismantling of policies. You were saying a lot of production, a lot of action that you, inclusive, were in that process. But, at the same time, people have a mapping of a dismantling of policies and I would like to hear: what is your analysis on this, how do you think about this.

### **ELISA LUCAS RODRIGUES**

People are very sad to see the dismantling of policies. People have a question, for example, that is the Conference. We did the municipal. But it didn't go to the state, nor to the national, so, I don't know. After all this that people are seeing here. And, like that, people are sad, but they don't lose hope. We are not going to give up, no. People continue the discourse, people expand, for example, I had a meeting a few weeks ago, with the Mothers of May. I was impressed to see the strength of those women. They lost their children for power, with the Police. And the way they react, they are united. To say, people have a lot of universe, they can still participate, collaborate, achieve. Because there are actions, for example, like this, in the case of the Mothers of May. It's not easy. For people to reunite, it's like being in a place that I know. If you ask, "where were you?" I don't know. They took me, they closed it and that, because they are persecuted, still, by the Police.

In this room, here, we received a family that came here: the father, the mother, the two sisters, a little boy – a boy of six years old was killed by the Police, inside the house of the teacher, in the city of Tiradentes. The teacher said, "oh, you can enter, you can enter". He entered. The Police entered with him. "No, we only want to talk to him." So we heard the shots. And the boy was all broken, down. So, like that, it's a very sad reality, it's a reality that, like that, is coming to the interior, but from there, I don't go. These things are not. It's even worse, we can say, it's even lighter. Discriminations are in another area. There is a lack of conscientization of people who accept a lot of this question of discrimination here in the interior. But what people see here, it's not a joke. It's not a joke when you're there, with the Police. Who has a son, I have a son, my daughter has a band, and I talk to her, "you will play? You stay there until dawn. Don't come in the morning, no". But I don't hear. It's turning, the Police is here, they bring the gun, ours, it's good... it's difficult.

With this conscientization, from talking so much, I think from Freud (?) here, despite the fact that here it happens a lot, but it took a lot of projection to the history of discrimination and racism. The own Bruno (Covas) made a decree that was issued in January 2020. Prohibiting, for example, the mata-leão, prohibiting these abusive practices. But it's still a dream. People, today, for example, Daniel Santos is doing the second part of a training with GCM. Talking, saying, saying that that is a crime. That you can't touch, in a certain way, like that, with them. If you go there saying, "oh, you kill, you beat, you abuse the person", that won't work, the training with them. So, it's this our work, and there's a lot of ground ahead.

Eu tenho, eu sou uma pessoa de fé. Eu imaginava que eu não ia viver pra ver as cotas. Nem nas universidades e nem em concurso público. Mas se eu cheguei a ver – eu sei que não vai resolver de hoje pra amanhã. Mas, assim, a gente tem cada vez mais aumentando e uma juventude, parte da juventude bem consciente do que essa questão de discriminação e racismo, da necessidade de estudar, de frequentar mesmo as universidades. Então, assim, eu acredito muito que possa melhorar.

### **GABRIELA GRAMKOW**

Mas você está dizendo de uma melhora, Elisa, e aí, fico pensando. Por que, nos últimos anos, você está dizendo, a Conferência... Aí, por que essa Conferência, agora, não vira? Eu queria um pouco te escutar mais sobre isso, assim. O que tem desse presente, desse desmonte das políticas públicas da esfera da macropolítica brasileira que faz com que impeça isso que vinha sendo construído, que você foi contando. Desde os anos 80, 90, 2000 e pouquinho. E aí, a gente tem uma mudança, enfim, nos últimos anos, nos últimos seis anos.

### **ELISA LUCAS RODRIGUES**

O que esse governo fez, eu vou pegar só um exemplo. A Fundação Palmares. Que horror o desmonte. E, assim, o que deixa a gente muito indignado é pegar uma pessoa negra. Aquele moço é filho de militante. Conheço o pai dele. O pai dele é um pouquinho mais velho do que eu. Então, assim, foi criado ouvindo, foi doutrinado. Eu falei, “parece que ele tem raiva do pai”, sabe? De ter trabalhado a vida inteira com a questão racial. E ele chega e faz esse desmonte todo. Fala o que quer, sabe? A questão do falar o que quer. Por que ele pode falar o que ele quer agora? Agora. Ele está aí, como candidato, eu espero que não ganhe, pelo amor de Deus. Mas, assim, eu acho que isso estava embutido em algumas pessoas, em algumas não, em muitas, essas pessoas que estão com arma, que estão agredindo. Porque a minha terra, é terra de coronel, terra do peão. Imagina o clima. Eu recebo direto aqui. “Vai votar no Bolsonaro?” Eu falo, “nem morta”. Que, pelo amor de Deus, como assim, algumas pessoas, gente que eu falo, que eu considero como gente boa. Como é que está apoiando? Tudo isso que está havendo? Então, não é gente boa. Nunca foi. Finge que é.

### **GABRIELA GRAMKOW**

É isso que você está dizendo. Tinha algo ali que agora, nos últimos anos...

### **ELISA LUCAS RODRIGUES**

Aflorou e, agora, ele está falando, “eu posso. Eu posso. Eu bato, eu faço, aconteço. Eu acho que, eu percebo isso, eu acho que tem uma quantidade de muita gente ruim, nesse governo, que pensa como ele, é gente que nem está no governo, mas que apoia os pensamentos dele. Gente que acha um absurdo, por exemplo, ter uma Secretaria de Direitos Humanos? Direitos

humanos para quê? Vocês vão dar florzinha pra bandido? É o que eu ouço. E, às vezes, eu pego muito táxi, Uber. Ouvindo, fico ouvindo, quietinha, não falo que eu sou daqui não. E aí, você vê, assim, a ignorância, o desconhecimento. “Ah, está vendo ali na Praça da Sé? Está pulsando de vagabundo”. Eu falei, “mas, será que tem serviço pra todos eles?” Então, as pessoas não querem ouvir. As pessoas estão num, não sei nem se é conformismo, não sei, tamanha a estupidez. Mas, a gente vai remando contra, vai remando contra, e eu tenho certeza daqui uma semana, tomara!

### **GABRIELA GRAMKOW**

Na área, na questão do desmonte, eu queria, se você pudesse falar, onde que você sente que a coisa está acontecendo? Está disseminado, mas tem algum, onde você materializa esse desmonte e desde quando? Se você pudesse...

### **ELISA LUCAS RODRIGUES**

Olha, vou começar pela Polícia. A Polícia é uma relação muito difícil. A polícia não aceita você falar, “por que você aborda primeiro a pessoa negra, e mais a pessoa negra do que as pessoas brancas?” “Ah, não, porque a gente recebeu um comunicado que era...” Não, peraí? É uma linguagem muito difícil, eu já tive no Barro Branco, uma vez, fazer uma palestra, não sei como é que eu saí viva de lá. Então, assim, os coroneis são muito, como é que fala? Eles são muito firmes naquilo que eles falam.

### **ENTREVISTADORA**

E o que eles falam, Elisa?

### **ELISA LUCAS RODRIGUES**

Eles acham que, por exemplo, que quem rouba é negro mesmo. Aí, a gente vai explicar, por exemplo, a gente estava vendo o Daniel Santos falar. Exemplo verídico. Um menino, negro, pego com cento e trinta grammas de cocaína. Mas aí, vem o filho de uma juíza lá do Paraná, ou Rio Grande do Sul com cento e trinta e quatro quilos. Ele foi colocado como pessoa vítima. Foi pro tratamento psiquiátrico. Então, isso é comum. Agora, se for um jovem negro? Sem chance. E quando eles são pegos, por exemplo, eu acompanho as reportagens: são pegos por engano, por favor, que loucura que é provar, até você provar a sua inocência. Já aí passa por humilhação e assim, por quê? Principalmente, a pessoa pobre e preta. Eu vou dar um exemplo. Vocês acompanharam o que aconteceu na biblioteca. O rapaz está preso. Sabe que ele está em situação de rua. Ele é branco, aquele branco brasileiro, mas ele é uma pessoa em situação de rua. Tem problema. Está preso, por quê? Ele tem dinheiro para pagar um bom advogado? Então, sabe, é essa injustiça que a gente fica assim indignada de ver. Outra coisa, também, a educação. Tudo bem, a Covid colaborou muito. Eu tenho a minha



caçula, é professora. E aí, ela falando, assim, a situação dos alunos. Não sabe ler, não sabe escrever, interpretar um texto, nem de longe. Então, a pandemia piorou. Mas eu acredito que o governo tem que tomar pé dessa situação. Mas está deixando de ir também, assim. Ela fala muito bem que é assim. Professor, o efetivo, ele falta, ele tira licença. Agora, eles tão pagando temporário. Ela teve Covid. Perdeu o dia, com atestado e tudo. Então, assim, umas regras que precisa rever. Sabe? Sem a educação, se não estiver funcionando, boa parte do nosso trabalho vai pro ralo, vai por água abaixo.

Hoje, eu vejo, por exemplo, assim. Principalmente em São Paulo. Fiquei encantada de ver. Nós temos oito centros de referência de promoção de igualdade racial. Neles, tem uma estrutura que tem psicóloga, advogada, assistente social, fora administrativa. E, esses centros estão todos na periferia, em parceria com a Cultura. Então, tem lá em Parelheiros. Aliás, em Parelheiros “caiu a casa” lá. Caiu, literalmente. Caiu. Mal-feito. Então, assim, tem dois na leste, na cidade de Tiradentes, Itaim Paulista, tem lá na Brasilândia, com a Fábrica de Cultura. É no meio de um favelão. Tem na zona Oeste, também. Tem na Zona Sul, Campo Limpo, enfim. Os centros estão aí, o que estou falando, a gente está resistindo. O governo federal pode ter brecado. O pessoal vai lá, pergunta, não sai nada, não tem nada. Mas o município está fazendo. O município, a gente está fazendo. A duras penas, mas estamos fazendo.

### **GABRIELA GRAMKOW**

E por quê que é tão duro, ainda? Mesmo você dizendo, “estamos fazendo, os centros estão aí”. O que ainda é tão duro, já que é tanta luta de tantos anos de tanto movimento social, de tantas coalisões, movimento negro. Você contou toda sua história, lá na sua cidade. Na reunião nos domingos, as mulheres se encontrando. Depois, produzindo educação antirracista, nos anos 80, 90. Por que ainda é tão duro? Por que ainda não tivemos uma dobra, para uma mudança importante.

### **ELISA LUCAS RODRIGUES**

Tem uma coisa muito importante, aí que eu falo, que é a conscientização da própria população negra. Você vai na periferia? Não é uma acusação. Quem sou eu pra acusar? Mas, falta aquela consciência do que fazer, de como reagir. Como, por exemplo, você tem filhos, leva seu filho para vacinar. Põe na escola. Entendeu? Tem muitas pessoas que por ter uma situação muito, muito ruim, se acomoda. Então, eu acho que a conscientização – a gente vai ver se vai ter tanto candidato negro nessa eleição. Não nossos negros. Acredito. Quisera eu que alguns aí, alguns, mais do que alguns, fossem eleitos. Não vão, por quê? Falta consciência política.

A pessoa ainda vota naquele que tem – se chegar duas pessoas, ela vai votar naquela que tem um poder aquisitivo melhor, que acha que ela já está realizada. Falta, eu acho que falta muito. É uma das partes mais difíceis: a conscientização das pessoas.

**GABRIELA GRAMKOW**

Você diz da conscientização das pessoas não brancas?

**ELISA LUCAS RODRIGUES**

Não branca.

**GABRIELA GRAMKOW**

E aí, pensando nas pessoas brancas, é isso que eu queria te escutar um pouco?

**ELISA LUCAS RODRIGUES**

Tem, tem pessoas brancas, tem muitas pessoas brancas que são parceiros nossos. Vocês são parceiros e têm outros parceiros. Mas, tem pessoas brancas que, “ah, isso é assim mesmo. O preto sempre vai perder pro branco, e vamos levando assim”. Não, não tem diferença entre nós. Então, isso é muito lamentável, lamentável que não tenha uma consciência, assim, clara, de que as coisas podem mudar, mas depende também, o primeiro passo sou eu. Primeiro passo a gente tem que dar. Não pode ficar esperando tudo de mão beijada. Eu acho que tem, também, não digo que, muitos não tem condição, principalmente as mulheres. Como mulher batalha! Porque, quando a gente teve o fórum de mulher, como as mulheres batalham! Muito. As mães solo, maioria dos lares chefiados por mulheres. Ganham menos, têm uma série de fatores, e a gente ainda teve a pandemia que desigualou mais ainda. Então, é isso. A gente vê, por exemplo, uma casa com dois cômodos, morando oito pessoas. Como é que você vai querer que ela tenha os cuidados devidos. Difícil.

**GABRIELA GRAMKOW**

E aí, pensando, sabendo desse desmonte, desse presente tão difícil, com a pandemia que ainda assola a vida. Pensar, como é que você olha, como é que estão tuas forças, Elisa, para o enfrentamento, para reconstrução? Você foi falando das eleições que tá aí. A gente tá aí próximo ao domingo, agora, nessa semana. Como é que você analisa as nossas possibilidades de reconstrução das nossas políticas de enfrentamento, de promoção da igualdade racial no nosso país?

**ELISA LUCAS RODRIGUES**

Eu vejo, assim, que nós, brasileiros, apesar de todas as dificuldades, a gente tem garra. Por exemplo, amanhã eu tenho reunião com as mulheres do Fórum de Mulheres Negras. Você vê a garra delas, a condição. Há alguns meses, apareceu aqui um grupo de psicólogas pretas, elas falam “as pretas”. “Aí, o que vocês querem da gente?” “A gente quer entrar lá na Cidade Tiradentes”, e tal e eu falei, “mas, que condição?” “Não, a gente tem estrutura para lanche, condução.” Foram dezessete mulheres, subiram e entraram pra favela, para conversar com mulheres negras. Quando se reuniam? Eu que nunca tinha visto. Então, o mundo tem esperança. O mundo tem esperança. As parcerias dos centros, também, para que elas possam atender as pessoas. Isso é doação. Isso é

doação delas. Elas recebem, uma entidade lá, acho que dá o lanche pra elas, e o passe do ônibus, sei lá como é que elas se viram, mas elas fazem o trabalho. São jovens negras. Então, isso dá ânimo pra gente ver. Assim como, por exemplo, eu vejo os cursinhos preparatórios para ENEM. Então, assim, a felicidade do grupo dos professores quando vê o resultado, que a aluna, “ah, passou, passou, passou pro PROUNI”, passou, enfim. É isso que faz a gente acreditar. Eu acho que isso, essa força, ninguém tira da gente, não. Nós já chegamos até aqui, a gente agora tem que continuar nesse mesmo ritmo. E enfrentar a situação, e eu tenho uma expectativa muito grande de que a gente vá vencer, eu acho que é uma prova ter passado por esse governo – que horror, acaba com tudo, mas eu acredito que a gente vai ter forças pra continuar. Não pode entregar. Porque está ruim. Se entregar os pontos, como é que fica? Então é isso.

### **GABRIELA GRAMKOW**

Só uma coisa, que você falou dos Movimentos de Mulheres, no caso, das psicólogas. Superinteressante. Enfim, na Academia, pessoal assumindo lugares, produzindo conhecimento. Sim. Onde mais você consegue enxergar esses pontos de resistência e essas novas possibilidades? De, realmente, de avanço de política pública. Mas, também, avanços em direitos.

### **ELISA LUCAS RODRIGUES**

Sim. É, eu vejo, por exemplo, quando falei dessas meninas. Essas jovens subindo à favela. Subir pra entrar na favela, sem pedir autorização pro chefe do tráfico, é todo um... Não é fácil, não. Eu, assim, o que eu vejo é que está aumentando esse percentual. Está aumentando esse percentual de gente lutadora, de gente que acredita, que tem fé, que faz aquilo por amor ao próximo mesmo, porque acredita numa vida melhor. Então, eu acho que, por exemplo, tem as pretas brasileiras. São umas meninas tão lutadoras, assim, salão de beleza. Mas, faz a parte delas, de ajuda ao próximo. Eu acho que, eu vejo por aí. Onde tem uma expectativa igual, por exemplo, os Centros. Entidades procuram os Centros, o Bradesco foi oferecer o curso lá na Tiradentes, para que as pessoas possam aprender informática, a gente acolhe tudo.

Acho que deve e, outra coisa, está havendo uma ampliação, por exemplo, de colégios antirracistas. Que estão contratando o professor deles, que dá vaga para aluno dele. Então, tudo isso é esperança. É uma esperança que não morre não. Que não morre de jeito nenhum, não acredito que ela morra. Então, é essa a minha visão. Eu tenho fé, tenho certeza que a gente acaba vencendo. E que vão desmoronando. Hoje, as Redes Sociais desmistificam qualquer, qualquer alguém que queira fazer uma *Fake News*, isso é elementar, a gente está vendo ali na televisão. Aí mostra o outro lá, que não sabe nem o endereço do colégio, onde ele volta. Tenha dó. Então, é assim, a rede social ajuda bastante, também. Agora, quando a gente fala em Rede Social, eu fiquei, eu fico triste com uma coisa, a população pobre, carente, não tem isso aqui, um simples desse aqui, porque a mãe tem, empresta pro filho mais velho, pra depois o outro fazer a tarefa. Isso é desumano. E a gente espera que haja uma modificação nisso.

**GABRIELA GRAMKOW**

O acesso digital, o acesso à formação.

**ELISA LUCAS RODRIGUES**

O acesso digital, o governo tem que comprar e dá. Não adianta, porque a pessoa não vai. Já está difícil comprar comida. Imagina.

**GABRIELA GRAMKOW**

Sim. E a fome voltou, Elisa. A fome voltou.

**ELISA LUCAS RODRIGUES**

Exatamente. E voltou feia. Nossa!

**GABRIELA GRAMKOW**

Desde os desmontes que vivemos.

**ELISA LUCAS RODRIGUES**

Também, consequência. Do desmonte que nós vivemos, vem a fome aí. É cuidar da saúde. Tem que cuidar. O direito à alimentação. O direito à saúde, o direito à educação, direito à moradia. É, são direitos. Direitos, direitos. Direitos humanos.

**GABRIELA GRAMKOW**

Que é o que você vem dizendo, quando você foi falando sobre a Polícia, pensando ali, você estava dizendo, “por quê que vocês abordam esses e não abordam aqueles?” E, assim, a gente vai construindo uma certa figura.

**ELISA LUCAS RODRIGUES**

Exato, exato.

**GABRIELA GRAMKOW**

E aí, reproduzindo as violências e produzindo racismo. Acho que é isso que você foi nos contando.

**ELISA LUCAS RODRIGUES**

Eu creio que assim, quando a gente fala, igual agora que está fazendo lá a formação, tem várias turmas. Então, estou fazendo com a GCM. Mas, eu acredito que você planta uma sementinha. Inverte a situação, envolve, procura envolver, falar que racismo é crime, e tal, mas não dizendo “você faz”. Aí, eles viram uma fera. Eu acredito que planta uma sementinha, sim. Pra colher, pra daqui a pouco.

**GABRIELA GRAMKOW**

Frutos e árvores aí nesse enfrentamento, nessa luta. Acho que é isso. Acho que fomos dialogando. Queria te agradecer, Elisa, por ter nos recebido aqui.

**ELISA LUCAS RODRIGUES**

Imagina! Estou sempre à disposição. De nada.

**GABRIELA GRAMKOW**

É muito forte conhecer sua história, agora mais atentamente.

**ELISA LUCAS RODRIGUES**

Eu fui contar a história lá de trás. Meu pai era peão de boiadeiro. Meu pai mal sabia assinar o nome. Minha mãe, doméstica . E a gente estudou. E não deixou pra trás, não. Priorizou. E a mãe priorizava muito a educação. Então, assim, eu lembro quando eu fiz o Grupo Escolar, aí tinha que fazer Admissão. Prestou Admissão para entrar no Ginásio, depois no Colegial e, assim, fomos. Não pode é deixar pra trás.

**GABRIELA GRAMKOW**

Você vai apostando de novo que a educação é o caminho. Seja os policiais, seja educar as crianças. Acho que aí você vai dizendo. Então, essas sementes da formação, da capacitação e da educação. Está aqui a educação, materializada, na Secretaria de Estado.

**ELISA LUCAS RODRIGUES**

E que o movimento social tanto construiu, também. As pessoas que vocês têm que entrevistar, Sueli Carneiro, a Cidinha, nossa, são pessoas muito fortes, que têm uma representação, assim, pensadoras.

**GABRIELA GRAMKOW**

Obrigada pela contribuição, pela parceria e sigamos, e vamos lá. Continuemos.

